



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ARIANE ARAUJO OLIVEIRA

PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
CAMPONESA: Reflexões A Partir Do Projeto De Assentamento
Rose Em Santaluz – Bahia

AMARGOSA - BA
2022

ARIANE ARAUJO OLIVEIRA

PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
CAMPONESA: Reflexões A Partir Do Projeto De Assentamento
Rose Em Santaluz – Bahia

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

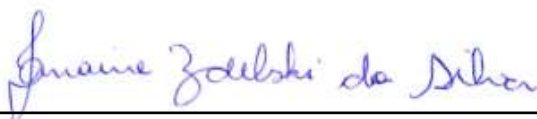
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaine Zdebski da Silva

AMARGOSA – BA
2022

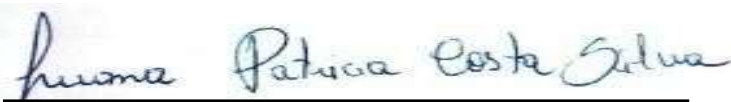
Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

Aprovada em 09 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora



Prof^a Dr.^a Janaine Zdebski da Silva - UFRB
Orientadora



Prof^a Dr.^a Luana Patrícia Costa Silva – UFRB
Membro da Banca



Prof^a Dr.^a Lanna Cecília Lima de Oliveira - UFRB
Membro da Banca

AGRADECIMENTOS

Sempre falo que Deus me abençoou muito nessa vida, porque sempre senti que Ele escolhe a dedo as pessoas que coloca a minha volta. De fato, são sempre pessoas maravilhosas, que me ensinaram e me motivaram a cada dia ser um ser humano melhor, então, gostaria de primeiramente agradecer a Deus, por ter escolhido a melhor família do mundo para ser a minha base, por ter me concedido todas as oportunidades da minha vida, por todas as pessoas que passaram e principalmente por aquelas que escolheram permanecer na minha caminhada.

Agradeço a minha família que sempre foi minha base, é minha forma, gratidão por sempre acreditarem em mim, por embarcarem nas minhas ideias malucas e por sempre me incentivarem a ser eu. Saibam que se tenho coragem de ser quem sou, isso é porque vocês sempre estiveram comigo, porque vocês sempre me deram força, nunca me deixaram desistir dos meus objetivos e sonhos, sonham comigo e juntar nossos sonhos na busca da realização comum. Saibam que sem vocês não teria conseguido finalizar esse ciclo da minha vida.

Gratidão minha mãe Florideste, por sempre me apoiar, mesmo quando não concordava com minhas escolhas, a meu pai Armando por me ensinar que não nasci para agradar, que devo fazer minhas escolhas com base nas consequências, pois se as escolhas são minhas as consequências também serão.

As minhas irmãs Aliadny, Amandia e Adevânia, cada uma com seu jeito único, não saíram diferente da nossa mãe, fortes, determinadas, meus exemplos de força e coragem, me ensinaram a nunca abaixar a cabeça, a ser eu, a ler os livros e o mundo. Sobrinhas (Fabiana, Vanessa, Camila, Raissa e Haila) e sobrinhos (Antônio Neto e Miguel) que sempre me ensinam a me reinventar e minha companheira Andreia, gratidão por escolher compartilhar caminhos comigo, por me ensinar tanto, por escolher ser meu lar. São vocês, minha família, que me fazem continuar nessa caminhada, com orgulho de quem sou, pois sou a mistura do amor de cada um de vocês.

Gratidão a todas do Projeto de Assentamento Rose, em especial a minha eterna Pró Solange que sempre foi mais que uma professora para mim e a quem dedico um enorme carinho e gratidão. À Antônio Mota e Zene, vocês não tem ideia de como contribuíram para a minha

permanecia na Universidade, gratidão por sempre dar um jeito de arrumar uma diária só para ajudar juntar dinheiro para o Tempo Universidade, sei que se hoje estou me formando, foi com a ajuda de vocês.

Na Universidade tenho tantos a agradecer, a todos os professores da Licenciatura em Educação do Campo que construíram uma relação maior que sala de aula, admiro muito vocês. A todos meus colegas da LEdoC, e a galera do AP 7: Michele, Elane, Nagila, Saadia, Daniela, Rany. A vocês o meu agradecimento de uma vida, sem vocês eu com certeza não teria concluído. Vocês se tornaram extensão da minha família, estiveram nos meus melhores e piores momentos, me acolheram, sentiram meu medo e angústia ao me revelar lésbica. Vocês são, sem sombra de dúvida, uma das melhores coisas que me aconteceram nessa caminhada da vida

Gratidão a minha orientadora Prof^{ra} Dr.^a Janaine Zdebski da Silva por ter aceitado embarcar nesse projeto, mesmo tendo ele mudado tanto de tema e pela minha demora na escrita. Gratidão por não desistir e caminhar comigo até o fim dessa jornada, gratidão pela paciência e atenção.

Gratidão a minha banca maravilhosa, Profa. Dra. Luana Patrícia Costa Silva e Lanna Cecília Lima de Oliveira por aceitarem ler e avaliar meu trabalho, mesmo em um pequeno espaço de tempo.

Esse trabalho é o fim de um ciclo e uma oportunidade de um início, é minha conquista, mas que sem vocês, não existiria, sou muito grata por tudo, por tanto, e ainda mais por poder compartilhar essa alegria. Gratidão!

Sou Nordestina sim senhor

Sou Nordestina sim senhor
Caatinguera com amor
Carrego no peito um orgulho danado
De pertencer a esse lugar tão sagrado
Lugar de luta e muitas alegrias
De belezas e também de poesia

Sofremos com tanta xenofobia
Que me espanto, as mesmas pessoas que nos xinga
Não conhece nem por cima
O que de fato é uma caatinga
Nunca viram as árvores tortas
Com suas folhas pequenas e flores exóticas

Aposto que nem sabem
O que seu tom cinza representa na verdade
Que nunca repararam na inteligência das plantas
Que mesmo em longos períodos de seca
Nunca abandonam sua beleza

E quando cai a primeira chuva!
É lindo de se ver, uma metamorfose em multidão
E com os contrastes de vários tons de verde
Os caatingueiros contém as lágrimas em ver
O mais lindo espetáculo
Que só a natureza catingueira pode oferecer.

(Ariane Araujo Oliveira)



RESUMO

Este trabalho monográfico tem como objetivo refletir sobre processos de construção de identidade camponesa a partir do Projeto de Assentamento Rose na cidade de Santaluz, Território do Sisal, Bahia. A presente monografia parte de inquietações pessoais da autora, como filha do Assentamento Rose e busca aprofundar os conhecimentos sobre seu lugar de pertencimento e os conhecimentos dos processos de organização do Assentamento. O estudo que deu origem a presente monografia é de cunho qualitativo. Foram realizadas pesquisas documentais na Associação do Assentamento Rose, entrevistas semiestruturadas e roda de conversa com 10 assentados que participaram do acampamento, e do início do assentamento com jovens lideranças da atualidade. Esta monografia tem como referenciais teóricos Erikson (1976) na construção do conceito de Identidade, Bogo (2010) e Castells (2018) na discussão sobre a Identidade coletiva, Tardin (2012), Dherwerson e Mauro (2015) na abordagem da identidade camponesa, Caldart (2012), ao construir a discussão sobre a formação da Identidade Sem Terra, e para falar sobre a importância da escola no processo de formação de Identidade, me baseio em Carvalho (2012), Pistrak (2011) e Arroyo (2007). Como resultado é possível compreender que os processos de auto organização e de resistência do no PA Rose formam e reafirmam a identidade camponesa. No decorrer do processo de ocupação e organização do Rose o mesmo incidiu na formação das pessoas de modo geral. Em especial sobre os jovens que estudaram na escola do assentamento, a Escola 10 de Julho, a pesquisa revela que eles participaram de projetos sociais de formação de liderança jovem e continuaram seus estudos em espaços que buscam seguir os princípios da Educação do Campo, os que ocuparam cargos na diretoria da associação, esses sim conseguem se identificar enquanto Sem Terra, nos indicando a importante consideração de que uma identidade para ser construída e mantida, precisa ser alimentada. Isso se faz necessário para que não haja um processo de diluição desta identidade por ação de diversas instituições da sociedade coladas a conservação das relações sociais ou de negação desta mesma identidade, em que não mais esteja presente a identidade de camponês ou de Sem Terra. A pesquisa realizada nos permite destacar que a escola tem um papel fundamental para essa construção e afirmação de identidade desde que potencializada para a afirmação e valorização dos povos do campo e para atuação na construção do pertencimento e leitura crítica da realidade.

Palavras-chave: Identidade camponesa.

ABSTRACT

This monographic work aims to reflect on processes of construction of peasant identity from the Rose Settlement Project in the city of Santaluz, Sisal territory, Bahia. This monograph is based on the author's personal concerns, as a daughter of the Rose Settlement, and as a purpose to deepen the knowledge about their place of belonging and the knowledge of the processes of organization of the Settlement. The study that gave rise to this monograph is of a qualitative nature. Documentary research was carried out at the Rose Settlement Association, semi-structured interviews and a conversation with 10 settlers who participated in the camp, and the beginning of the settlement with young leaders of today. This monograph has as theoretical references Erikson (1976) in the construction of the concept of Identity, Bogo (2010) and Castells (2018) in the discussion about the Collective Identity, Tardin (2012), Dherwerson and Mauro (2015) in the approach of peasant identity, Caldart (2012), when building the discussion on the formation of the Landless Identity, and to talk about the importance of the school in the process of identity formation, I base myself in Carvalho (2012), Pistrak (2011) and Arroyo (2007). As a result, it is possible to understand that the processes of self-organization and resistance in the P.A. Rose form and reaffirm the peasant identity. During the process of occupation and organization of the P.A., it focused on the training of people in general. With regard to young people who studied at the settlement's school, 10 de Julho School, in particular, the research reveals that they participated in social projects for training young leaders and continued their studies in spaces that seek to follow the principles of Rural Education, which held positions on the board of the association, these are indeed able to identify themselves as landless, indicating the important consideration that an identity to be built and maintained needs to be nurtured. This is necessary so that there is no process of dilution of this identity by the action of various institutions of society linked to the conservation of social relations or denial of this same identity, in which the peasant or landless identity is no longer present. The research carried out allows us to highlight that the school has a fundamental role for this construction and affirmation of identity since it is potentiated for the affirmation and appreciation of the peasants and for acting in the construction of belonging and critical reading of reality.

Keywords: Peasant identity

LISTA DE ABREVIATURAS

Agência Embrapa de Informação Tecnológica – AGEITEC

Associação Comunitária de Produção e Comercialização do Sisal – APAEB

Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Rose – APACOR

Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santaluz – CEAIC

Centro Digital de Cidadania – CDC

Companhia de Celulose da Bahia – CCB

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Escola Família Agrícola – EFA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC

Movimento de Organização Comunitária - MOC

Núcleo de Estudo Pesquisa e Projeto de Reforma Agrária - NERA

Projeto Conhecer, Analisar e Transformar – CAT

Projeto de Assentamento – PA

Projeto Político Pedagógico – PPP

Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia – SEI

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Manifestações do campo por estados e macrorregiões – 2000 – 2016....	28
Tabela 2: Brasil – Mudanças da estrutura fundiária por classe de área	29
Tabela 3: Comparação dos Conflitos no Campo Brasil 2012 – 2021.....	33

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Acampamento	37
FIGURA 2: Primeira missa durante o acampamento	38
FIGURA 3: Sede onde ficava a ccb.....	38
FIGURA 4: Manifestação em Brasília.....	39
FIGURA 5 E 6: Manifestação política em Santaluz.....	80
FIGURA 7: Realização de gincana para limpar a área da vila do P.A. Rose.....	80
FIGURA 8: Aula de campo, observação dos tanques para estudar sobre a água.....	81

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	18
CAPITULO I - A LUTA PELA TERRA: Os desafios e as contradições	22
1.1 Questão Agrária na Bahia e o Projeto de Assentamento Rose.....	34
CAPITULO II – PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA ..	47
2.1 Formação da Identidade Coletiva.....	49
2.2 Identidade Camponesa.....	51
2.3 Identidade Sem Terra.....	53
2.4 A importância da Escola na Formação da Identidade.....	56
CAPITULO III - TRAJETÓRIAS DA PESQUISA, DIÁLOGOS COM AS VIDAS	60
3.1 Apresentação e Discussão dos dados.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXOS	89

APRESENTAÇÃO



Sou Ariane Araujo Oliveira, mulher negra, lésbica, sertaneja, caatingueira, a filha caçula de quatro irmãs. Filha de Armando Brito de Oliveira e de Floridete da Silva Araujo Oliveira, assentados do Projeto de Assentamento Rose, situado município de Santaluz – Bahia. Sou uma das crianças que nasceram durante o acampamento e que cresceu acompanhando os processos de desenvolvimento do Assentamento.

A escola do Assentamento surgiu quando ainda estávamos na ocupação morando em barracos de lona preta e assim também era a escola, um grande barracão de lona preta, onde a assentada Solange, recém formada no magistério, ministrava aulas para as crianças que acompanhavam seus pais no processo de ocupação. A noite havia aulas para os adultos que faziam o Ensino Fundamental I.

Não sei ao certo o ano, mas tenho como uma das minhas primeiras lembranças: eu, acompanhando meus pais nas aulas noturnas que eles frequentavam (tinha em torno de 3 anos), a professora me entregava uma folha e um lápis com o qual eu fingia que escrevia, no intervalo a professora distribuía lanches (que era biscoito doce, sem suco) e por ter feito a atividade eu também recebia lanche. Lembro-me que ela, nesse momento olhava minha atividade, dava parabéns e meus biscoitos que eu encarava como um prêmio do qual era merecedora.

Meus pais sempre trabalharam no motor de sisal e até meus 4 anos eu também ia com eles para o trabalho. Porém, aos 4 anos comecei a ir com as minhas irmãs para a escola pela manhã e à tarde para o motor de sisal com toda a família.

Na escola participava das aulas com as minhas irmãs, a professora sempre teve o cuidado de também passar atividades para mim. No motor, a gente brincava do que podia com a palha de sisal, usávamos as palhas de sisal como caderno e como quadro, os espinhos como caneta e giz, brincávamos de enforcado usando as palhas para desenhar a forca e as letras, ou meu pai fazia bonecas, desfibrava uma parte da palha e cortava fazendo a cabeça, os braços e as pernas.

Quando comecei a estudar, frequentava uma classe multisseriada da primeira à quarta série. Sempre tive dificuldades na leitura, minha mãe me ensinava a noite e na escola a professora fazia atividades de leitura comigo. Porém, mesmo aprendendo as letras e a soletrar, eu não conseguia formar palavras. Na quarta série a escola foi contemplada com um projeto

chamada Baú de Leitura e com ele a professora fazia momentos de leituras e apresentação dos livros lidos.

Minhas irmãs começaram a levar livros para ler em casa, um livro por semana, que era lido em voz alta. Era o melhor momento da noite, pois não tínhamos energia elétrica, então ou líamos, brincávamos de stop ou ouvíamos as histórias dos nossos pais. Na época eu já fazia parte do PETI – Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil, onde participava dos reforços escolares, que em sua maioria eram ditados, eu sentia muita dificuldade, confundia os sons das letras e algumas letras como F e V, D e T (ainda troco), escrevia as palavras com todas as letras, porém, em ordem aleatória (atualmente faço isso com menor frequência) e acabava me atrasando e me perdendo no assunto.

Não sei se foram os livros que li e escutei, mas eu sempre tive uma mente cheia de imaginação, sempre vivia em mundos paralelos, minha mãe fala que quando eu era pequena me ouvia falando sozinha e ela pensando que eu estava com alguém ia ver quem era, mas estava falando com os matos.

Pouco brincava de bonecas, ou estava em batalhas épicas onde eu lutava de espadas, ou era um gênio de eletrônicos e desmontava tudo que via na frente, eram mundos onde podia voar, onde simples objetos podiam virar carros, celulares, armas, antenas de transmissão universais...

Mas não foram apenas a escola e minha família que fizeram parte do meu processo de aprendizado, o assentamento como um todo contribuiu: nos mutirões de limpeza dos tanques e de construções comunitárias, na raspação de mandioca, nos cursos em que minha mãe cozinhava, nas assembleias mensais da associação e em especial na convivência com o Semiárido e criação de caprinos e na ovinocultura, entre tantas outras atividades.

Ouvindo os mais velhos nesses momentos coletivos, aprendi sobre o assentamento, sobre as secas mais severas e as técnicas de sobrevivência, sobre o folclore local. Ao estar ali com eles aprendi a partilha, o cuidado com o outro, a dividir meu alimento e conversas. Naqueles momentos éramos mais que um assentamento, éramos uma grande família, onde um conhecia todos e todos cuidavam do bem estar de cada um.

Foram esses processos formativos que me ensinaram a força de uma associação, de que precisamos pensar no bem comum mais do que no meu próprio bem, me ensinaram a importância da sinceridade, de “ter palavra”, porque pra minha gente, ter palavra é ter honra. Aprendi que os acordos coletivos são fundamentais para uma convivência pacífica. E que os problemas coletivos podem e devem ser resolvidos com todos juntos.

Além disso, algumas pessoas particularmente influenciaram no meu gosto musical, nas minhas leituras, na minha identidade sertaneja. Meu cunhado, por exemplo, que sempre me dava cordéis para ler, me indicava livros e fiscalizava minha leitura me perguntando sobre ela. Ele sempre tinha um propósito com as indicações e queria saber se eu tinha entendido, se estava conseguindo fazer a interpretação e a contextualização textual.

Na quinta série fui estudar na Escola Família Agrícola de Valente – EFA. Lá foi onde de fato aprendi a ler, além dos momentos de leitura, a professora de português começou a passar livros para a semana de casa. Lembro-me do primeiro livro que peguei “Zezinho o dono da porquinha preta”. Em casa eu e minhas irmãs, que também estudavam na EFA, começamos a ler juntas os livros que trazíamos para o Tempo Comunidade.

Cada uma de nós lia um capítulo em voz alta. Mesmo gaguejando e tropeçando nas letras e palavras, elas não me interrompiam, e com toda a paciência me escutavam. Também foi na EFA que comecei a participar da equipe de organização de eventos, como as noites culturais, festa do São João, apresentações teatrais e de seminários, que também contribuíram na minha formação.

Fora da escola, no assentamento, tínhamos um grupo que estudava junto, participava das assembleias mensais, me tornei voluntária no Projeto Arca das Letras e do CDC – Centro Digital de Cidadania. Participava de eventos promovidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santaluz, isso facilitou meu ingresso no Coletivo Municipal de Jovem de Santaluz.

O coletivo me possibilitou ser voluntária na Rádio Comunitária Santa Luz FM, sendo locutora do programa Mundo Jovem, onde além de tocar músicas, discutíamos sobre políticas, doenças sexuais entre outros temas. Depois que concluí o Ensino Fundamental e saí da EFA de Valente, que na época não oferecia o Ensino Médio, fui estudar no Colégio Estadual José Leitão.

Depois de concluir o ensino médio entrei no Programa Empreendedorismo do Jovem Rural, realizado pelo Movimento de Organização Comunitária – MOC, impossível ser uma jovem formada pelo MOC e não se envolver com os grupos de mulheres produtoras e convivência no semiárido, ainda mais quando um dos objetivos do curso era a formação de Agente de Desenvolvimento Comunitário.

Após o curso passei um período trabalhando como monitora de informática, e foi quando entrei na igreja Adventista do Sétimo Dia, participando da coordenação do grupo de jovens e atuando como vice tesoureira. A igreja incentivava muito a leitura, tanto da bíblia quanto outras literaturas e foi onde também pude exercitar a oralidade ficando responsável em passar sermões

(pregações), ministrar estudo bíblico, do mesmo modo que exercitei o ouvir e aconselhar os jovens.

Antes da universidade, fiz um curso técnico em agropecuária, finalizando algo que comecei aos 10 anos na EFA e no ano que o concluí, entrei na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, onde ainda estou.

O curso Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias, não só possibilitou meu crescimento acadêmico, desenvolver a escrita, como me proporcionou também momentos únicos nas ocupações, na auto-organização estudantil, no movimento estudantil e no contato com pessoas de cultura diferentes. Foi onde me reconheci e me aceitei, onde encontrei amigos que se tornaram extensão da minha família e com eles aprendi a compartilhar tudo com todos, vivendo na prática alguns princípios do socialismo, onde tudo é de todos e o crescimento de um, só se dá com o crescimento de todos.

Observando minha vida, ainda me sinto em construção, estou sempre em posição de aprendizado, ainda crio mundos paralelos cheios de possibilidades, vivo me descobrindo, me recriando o tempo todo. Nesse processo, descobri que tenho grandes possibilidades de ter dislexia e isso me ajudou a entender muito de mim e das minhas dificuldades. Aprendemos com experiências vividas, leituras, conversas, o processo de aprendizado não se limita a padrões nem a lugares e nunca para e mesmo que não percebamos, sempre aprendemos algo.

É nesse caminho de construção que na universidade, a partir de vivências, de momentos que tive a oportunidade de viver processos interdisciplinares na minha vida, conhecimentos novos, o confronto com o meu “EU”, que entendi a importância da Identidade de um povo, então me vi com um questionamento: qual a identidade que foi construída no Projeto de Assentamento Rose – PA Rose ao longo dos anos?

Essa questão passou a ser central para que eu pudesse dar novos passos com sentido na universidade. Assim eu não podia dizer algo sobre o coletivo do qual faço parte sem pesquisar sobre, deixar de lado essa inquietação seria não conhecer de fato o lugar ao qual pertença. Para entender dessa constituição de identidade do assentamento eu precisava conhecer a história contada e até mesmo a não contada do PA Rose, como por exemplo, os processos de organização que foram deixados de lado quando contamos como o Rose se organizou inicialmente.

Ouvir e escrever parte da história, que também é minha, é uma das experiências mais gratificantes que já vivi. Poder entender os processos que fizeram parte da minha formação e ao mesmo tempo contribuir para que os assentados e seus filhos também tenham acesso a essa

história e a experiência de reviver, de ouvir e perpetuar a origem do nosso assentamento demonstra a relevância desta monografia.

Com este Trabalho de Conclusão de Curso busco, portanto, manter essa história linda de lutas e conquistas, não apenas nas mentes de quem viveu ou dos seus filhos e netos que ouviram, mas escrita construída enquanto um documento, um registro histórico de fácil acesso para todos do assentamento.

Ao mesmo tempo me dando base para entender o processo de formação de uma Identidade, pude construir um trabalho acadêmico dialogando com autores como Ademar Bogo, que não apenas dialoga com o conceito Identidade e os aspectos de construção da mesma, mas que tem uma construção social em sua escrita: a Identidade interligada com a luta de classe, que faz parte dos movimentos de luta pela terra.

O PA Rose é um dos primeiros assentamentos do município de Santaluz que tem seu território formado por grandes partes de terras concentrados nas mãos de poucos fazendeiros. Desenvolver esse trabalho é também registrar a existência da luta pela terra e de um projeto de Reforma Agrária.

Esse trabalho é a primeira pesquisa que aborda a construção da Identidade a partir do processo de organização de um assentamento luzense e é um registro da história do assentamento, se tornando, possivelmente, uma fonte para futuras pesquisas na área no município. Dando a academia não só a oportunidade de conhecer nossa história, nossas lutas e conquistas, mas de ter em suas publicações um documento que pode contribuir com novas construções acadêmicas.

No momento a seguir apresentarei o Território do Sisal, região em que está situado o Projeto de Assentamento Rose. O objetivo é contextualizar o assentamento e as principais questões referentes a sua existência e mais especificamente, os processos de constituição de Identidade.

INTRODUÇÃO

São grandes os desafios e o desejo de que este trabalho contribua com o fortalecimento da luta por direitos em nossa sociedade: acesso à terra, educação e dignidade. Esta monografia, conforme apresentei anteriormente, está escrita a partir de muitos movimentos de vida que antecederam exigências acadêmicas e continuarão seu percurso histórico e de luta com mulheres e homens que aceitaram o desafio diário de resistir para além de existir em um mundo complexo e insistentemente marcado por violências sociais. Este texto está enraizado no Território do Sisal, no Estado da Bahia. E é dele que partirei.

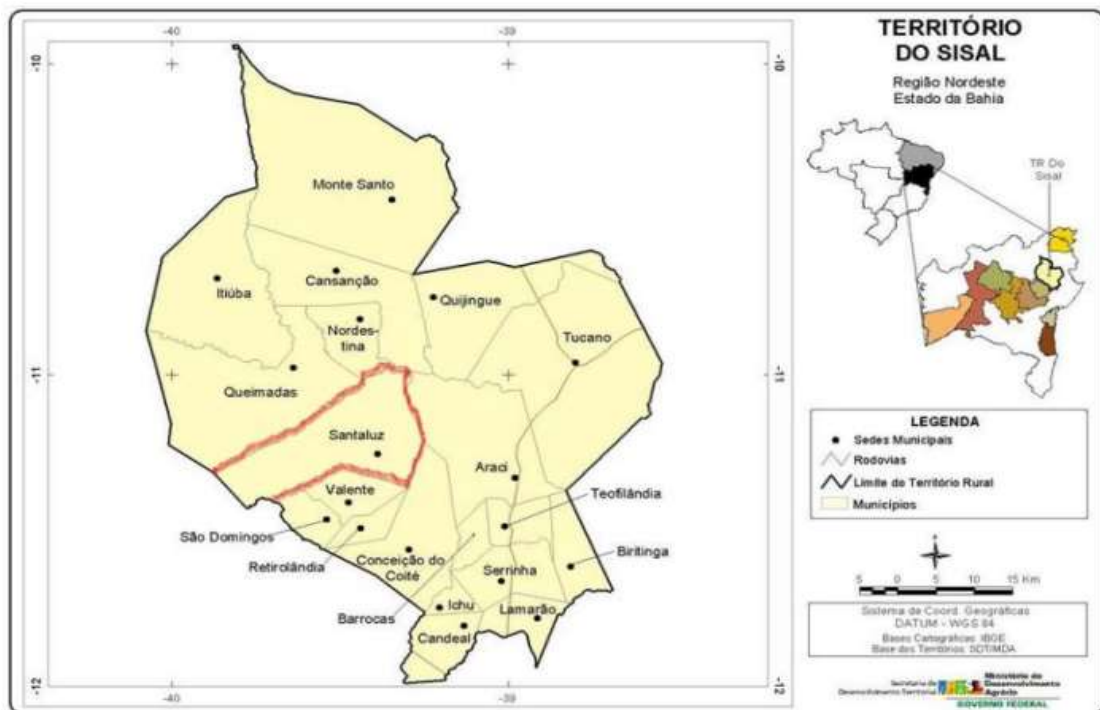
A criação de um território não é apenas delimitação de seus limites. É também resultado de processos históricos de ocupação de espaços transformados ao longo do tempo. A formação territorial, é portanto, consequência de relações socioeconômicas, políticas e culturais. Território também envolve o sentimento de pertencimento. (BAHIA, 2012, p.42)

O Território do Sisal, também conhecido como Região Sisaleira, fica localizado no Semiárido baiano a pouco mais de 200km de Salvador. Abrange uma área de 21.256,50 Km² e é composto por 20 municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. É considerado um território rural, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia – SEI, 63% da população do Território vive na zona rural e, entre os territórios de identidade do Estado, apresenta o terceiro pior índice de desenvolvimento humano (médio) – 0,589.

Tem como fonte de renda a mineração de ouro, diamante e outros minerais, a pecuária e agricultura, tendo como principal cultivo o sisal (*Agave sisalana pierre*). Segundo a EMBRAPA, o sisal foi introduzido na Bahia, mais especificamente, no município de Santaluz, localizado na região sisaleira, por volta de 1910. Porém, só passou a ser explorado comercialmente a partir do final da década de 30 e gera até os dias atuais emprego e renda para muitas famílias. Segundo informações da Agência Embrapa de Informação Tecnológica – AGEITC o produto interno bruto do Território do Sisal representou, em 2007, 1,68% do PIB baiano.

O território do Sisal tem uma cultura muito rica e cheia de elementos que a formam, como uma colcha de retalho, tendo em seus traços, fatos históricos como a passagem do Cangaço, da Colunas Prestes (conhecido pelos sertanejos como os revoltosos), a peregrinação de Antônio Conselheiro antes de Belo Monte ser construído.

Figura 1: Mapa do Território do Sisal.



Fonte: MDA, 2010 . <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>

Santaluz é um dos municípios do Território do Sisal com uma área de 1.623,445 km² (IBGE, 2019) e população estimada de 37.531 pessoas (IBGE 2020). Sua sede surgiu a partir de uma estação ferroviária da Leste Brasileira, a fazenda Santa Luzia era do município de Queimadas, porém, com a estação no local, começou a surgir movimentação das pessoas e oportunidade de renda, surgiu um aglomerados de casas, de comércio, de moradia até se formar um arraial.

É conhecida como a cidade que ganhou o nome da padroeira Santa Luzia, protetora dos olhos e que defendeu seu povo em um possível ataque de Lampião¹. Em 1943 teve que alterar o nome pois já existia uma cidade com o nome Santa Luzia e, por isso, estava tendo problemas com as correspondências. A partir desse processo que surgiu Santaluz².

Em 1935 o município é criado, desmembrando-se de Queimadas, por Decreto Estadual de 18 de julho de 1935. Em 1938 se torna oficialmente cidade por Decreto Estadual de 30 de março de 1938.

Sua economia é baseada na mineração do ouro e magnésio, na fabricação de paralelepípedo e brita, e no cultivo do sisal.

¹ <http://santaluz01.blogspot.com/>

² <http://santaluz01.blogspot.com/2010/>

O Projeto de Assentamento Rose também conhecido como Lagoa do Boi, está localizado no Município Santaluz, no território do Sisal, a 6 km da sede do município. Tem uma área de 1.360 hectares onde residem 115 famílias. O PA Rose conta com 78 de famílias produtoras de sisal, sendo essa a principal fonte de renda familiar. As famílias tem como cultura a criação de caprinos e ovinos, assim como, o plantio de culturas anuais como milho e feijão.

A ocupação da Fazenda Lagoa do Boi aconteceu no dia 10 de Julho de 1989 por 100 famílias vindas dos municípios Valente, Retirolândia, Conceição do Coité e São Domingos. Na divulgação da ocupação no município, era sempre informado que tinham 300 famílias, para desestimular possíveis tentativas de atos violentos contra o acampamento e para aproximar a quantidade total de pessoas que estavam acampando.

A Fazenda Lagoa do Boi era uma área de sisal da Companhia de Celulose da Bahia – CCB, que depois de um alto investimento do Governo Federal para o cultivo do sisal, declarou falência quando o ciclo produtivo do sisal começou. Na área havia equipamentos para a produção de mudas e a fabricação do papel utilizando o sisal como matéria prima, tinham máquinas para desfibrar³ e bateadeira de sisal. Com a falência, deixou de pagar seus funcionários causando muita revolta e um processo de indenização.

Foi nesse cenário que o planejamento da ocupação começou, após conhecer a área, os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Coité, Valente e São Domingos, mobilizaram os agricultores tendo como reivindicação, para além do projeto de Reforma Agrária, a concessão da terra como forma de indenização pelos tempos de trabalho.

Nesse sentido, este trabalho monográfico tem como objetivo refletir sobre processos de construção de identidade a partir do Projeto de Assentamento Rose na cidade de Santaluz, Bahia.

O estudo que deu origem a presente monografia foi de cunho qualitativo. Em um primeiro momento foi realizado um estudo documental na Associação do Assentamento Rose para levantamento de informações sobre o processo histórico do PA Rose. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e roda de conversa com 10 assentados que participaram do início do assentamento e com jovens lideranças da atualidade. Todo o processo foi registrado em caderno de campo, bem como, observações e reflexões dos momentos vividos.

Assim, no primeiro capítulo busquei trazer a discussão da luta pela terra no Brasil,

³ O processo de desfibramento é feito com motor de sisal, que é um motor adaptado em um eixo com três laminas, ligados por uma correia de borracha. Ao ligar o motor a correia faz as laminas girarem, por uma abertura na proteção que colocam nas laminas, o sevidor (pessoa responsável de desfibrar), segura firmemente uma palha de sisal e coloca a outra metade para ser desfibrada, depois segura a parte já desfibrada e coloca a outra metade para ser desfibrada.

fazendo recorte das resistências que sempre vêm acompanhadas por processos de opressão. Abordo a concentração de terras ano após ano, buscando dialogar sobre o acúmulo de terras com a saída do campo e o silenciamento da identidade, com a violência no campo. Abordo também a situação do campo brasileiro durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Por fim, concluo o primeiro capítulo contando a história de luta do assentamento, dialogando com os relatos dos agricultores

No segundo capítulo busco trazer o conceito de identidade em um sentido de ser. Discuto o conceito e a construção da identidade coletiva e busco discutir em seguida a Identidade Camponesa e a Identidade Sem Terra com o objetivo de entender melhor a identidade construída no PA Rose. Durante as conversas e relatos da história do assentamento, ouvi muito sobre a construção da escola, da escola em tempo de ocupação. Entendi que a escola do assentamento tem uma papel importante na história do Rose e por isso no segundo capítulo faço um recorte sobre a importância da escola nesse processo e construção de identidade.

No terceiro capítulo apresentei a metodologia utilizada, o tipo de pesquisa e as ferramentas utilizadas para a pesquisa. Também é nesse capítulo que apresento as pessoas que contribuíram com a pesquisa, responderam a entrevistas semiestruturadas e apresento uma síntese das respostas deles às perguntas. Finalizo o terceiro capítulo fazendo uma análise dos dados obtidos com a pesquisa.

CAPITULO I – A LUTA PELA TERRA: OS DESAFIOS E AS CONTRADIÇÕES

Para entendermos a luta pela terra no território brasileiro, precisamos compreender a formação do mesmo. Precisamos voltar para a colonização, quando os portugueses chegaram e invadiram uma terra habitada.

Após os portugueses chegarem e instalar a colônia de exploração, o Brasil foi dividido em 15 capitanias hereditárias, que foram passadas para amigos e parentes da coroa com grandes posses, com a missão defender a nova conquista da coroa e produzir, gerando lucro e garantindo o sucesso da colônia.

As capitanias eram grandes faixas de terras controladas por uma só família, muitas dessas famílias não conseguiram manter a produção, nem escravizar a mão de obra dos indígenas indo assim à falência. Apenas duas capitanias tiveram sucesso a de Pernambuco e São Vicente. Por causa desse fracasso, surgiram as sesmarias, uma nova forma de divisão de terras, onde cada faixa seria entregue a um arrendatário, esses responderiam as capitanias e essas à Coroa de Portugal.

Durante esse processo, a terra não era o bem que girava a economia, a mão de obra escrava era o maior bem. Os conflitos pela terra aconteciam, mas entre os indígenas e os portugueses, as maiores batalhas nesse período envolviam Portugal e sua imposição na exploração da colônia de forma legitimada, por “Deus” ou pelo uso da força. E os conflitos pela liberdade, pelos povos escravizados.

Com a pressão sofrida pelos países europeus à Coroa Portuguesa, para a substituição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, começa a movimentação para a lei de abolição, e para que esses futuros ex-escravizados não tivessem o acesso à terra, cria-se a Lei de Terra⁴ em 1850, a Lei de nº 601 de 1850⁵. Essa lei tinha como principal objetivo garantir a posse da terra como propriedade privada, sendo garantido a posse da mesma mediante um documento de compra.

Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. (STEDILE, 2011 p.22 – 23)

⁴ “... A Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria à qual somente os ricos poderiam ter acesso. MORISSAWA 2001, P.71”

⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.

Segundo a lei, qualquer brasileiro poderia ser proprietário de terras desde que comprasse da coroa. Ou seja, garantia que apenas pessoas de posses, poderiam ter o documento que comprovasse a compra e venda dessas terras. Os senhores de escravos se tornaram os senhores donos de terras, tendo sua riqueza medida na quantidade de terras que cercava.

Em 1888 a Lei Áurea, oficialmente Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888⁶, que sem nenhum projeto de inclusão social, política ou econômica, dava a todos então escravizados a carta de alforria, a “liberdade”.

Porém, para onde ir? Com o que trabalhar? Muitos foram para as cidades onde ficaram às margens do desenvolvimento urbano, formando as favelas, mas a maioria dos negros recém “libertos” que trabalhavam no campo, não tinham outra alternativa senão a de trabalhar nas mesmas plantações onde tinham sido escravizados, em situações tão desumanas como a anterior.

Nesse mesmo período, a elite brasileira fez uma campanha para atrair o interesse de camponeses europeus para trabalhar nas fazendas, em troca poderiam comprar uma pequena terra. Com a promessa de terras baratas e férteis, muitos camponeses migraram para o Brasil, em sua maioria para o Sul do país devido ao clima e a quantidade de terras disponíveis à exploração. Ao chegarem os imigrantes receberam terras e trabalho nas fazendas de café.

Os colonos recebiam a lavoura de café pronta, formada anteriormente pelo trabalho escravo, recebiam uma casa para moradia e o direito de usar uma área de aproximadamente dois hectares por família, para o cultivo de produtos de subsistência, e de criar pequenos animais logrando, assim, melhores condições de sobrevivência. Cada família cuidava de determinado número de pés de café e recebia por essa mão de obra, no final da colheita, o pagamento em produto, ou seja, em café, que poderia ser vendido junto ou separado com o do patrão. (STEDILE, 2011, p.25 – 26)

As extensões de terras das fazendas foram adquiridas no processo de grilagem de terras⁷. As terras devolutas⁸ foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, formando os latifúndios⁹ de terras. Esse processo foi e é caracterizado por muita violência e morte, tanto contra os camponeses, como contra os indígenas e quilombolas que estiveram ocupando a terra.

Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados. Porém, esse sistema de produção não pôde se sustentar, as famílias não conseguiam ter tempo para produzir para si, o dinheiro ganho era

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art.

⁷ <https://www.infoescola.com/geografia/grilagem-de-terras/>

⁸ <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>

⁹ “... uma grande área de terra sob a posse de um único proprietário” MORISSAWA 2001, p.13

pouco, se instalando uma crise no país com grandes partes da população passando fome e outras isoladas em áreas como o Sertão e o Amazonas.

O processo de apropriação de terras por parte de fazendeiros, mesmo sendo contra a Constituição, era oficializado pelo apoio do Estado Brasileiro, colocando à disposição desses latifúndios a força militar, gerando massacres contra os camponeses. Mas essa ação não impediu que existisse a resistência dos povos do campo.

A história é marcada por muitas lutas camponesas. Como Canudos, que até hoje é um exemplo de organização e resistência camponesa do Brasil. Liderados por Antônio Conselheiro, os camponeses ocuparam e acamparam na fazenda Canudos em 1893, chamando de Belo Monte. A terra era vista como um bem comum, sendo acessada por todos. Eles mantinham uma organização de artilharia, se preocupando em cuidar dos mais velhos e doentes que não conseguiam trabalhar na terra.

Foram acusados de defender a volta da monarquia. Expedições Militares de quase todo o Brasil atacaram mais de 10 mil camponeses. De outubro de 1896 a outubro de 1897, os ataques do exército foram enfrentados e refreados até o cerco completo e o massacre do povo de Canudos. "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1896, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados". Foi a guerra mais trágica, mais violenta do Brasil. (FERNANDES, 1999 p. 4)

Ao passar dos anos, os camponeses começaram a criar organizações formais que os representavam e que lutavam com eles pelo direito de acesso à terra, surge então em 1945 as Ligas Camponesas em Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Goiás. Uma organização social e política dos camponeses que resistiram a expulsão da terra. Porém, em 1947, o governo decretou a ilegalidade e as Ligas foram violentamente atacadas.

No Rio Grande do Sul surgiu, no final da década de cinquenta, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra - MASTER. Os agricultores sem-terra eram assalariados, parceiros e também os pequenos proprietários e os filhos destes. Em 1962, os sem-terra começaram a organização de acampamentos e territorializaram a luta por todo o Estado. Receberam o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro do então governador Leonel Brizola e ficaram circunscritos ao Rio Grande. Com o golpe militar de 1964, todos esses movimentos camponeses foram aniquilados. (FERNANDES, 1999 p.6)

O regime de ditadura militar reprimia a luta pela terra com uma ávida violência e não buscava realizar a reforma agrária, pelo contrário, buscava implantar um modelo de produção visando a exportação, chamado de Revolução Verde. Como principais características desse modelo estão a produção em grande escala e o monocultivo.

Esse projeto de produção, buscou criar camponeses que não se sentissem parte do local, sem pertencimento ao campo, fazendo com que a falta de identidade e de investimento

sociopolítico por parte dos governantes, gerasse uma grande onda de êxodo rural e um índice de desenvolvimento humano muito baixo. E foi nesse cenário de perdas de direitos e de lutas agrárias que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

A luta por um projeto de Reforma Agrária anda lado a lado com a luta pela terra, o projeto de Reforma Agrária ultrapassa a ocupação e desapropriação de terras devolutas griladas ou cercadas ilegalmente por fazendeiros. Busca garantir o acesso à terra, mas entende que precisa ser investido para a permanência das famílias na terra, uma permanência digna que possibilite o desenvolvimento local.

Ainda assim, mesmo em contextos com governos que trabalham respondendo às demandas cobradas pelos camponeses, os massacres continuaram. Aconteceu, por exemplo, no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, no dia 17 de abril, o massacre no município de Eldorado dos Carajás no Pará. Centenas de famílias sem-terra faziam uma marcha com o objetivo de pressionar o governo para assentar as famílias que faziam parte da marcha. Este dia tornou-se o Dia Internacional da Luta Camponesa, para que não nos esquecêssemos dos que tombaram na luta diária.

Os conflitos agrários são também resultado da falta de uma política de Reforma Agrária que realmente seja vigente no país. Nosso primeiro passo em direção à essa política foi quando, na década de 60, pressionado pelos movimentos de luta pela terra, o então presidente João Goulart apresenta um Plano de Reforma Agrária em seu comício na Central do Brasil, o qual tinha como proposta limitar o tamanho máximo da propriedade de terra e desapropriar as áreas em torno das rodovias, garantindo o escoamento da produção e o acesso à energia e infraestrutura para os camponeses. A apresentação do plano foi um dos fatos que desencadeou o Golpe Militar de 1964.

Os grandes proprietários de terras já estavam pressionando o governo por ações violentas que desmobilizassem a luta camponesa, acompanhada a isso havia o interesse das empresas transnacionais de expansão, visando o controle de matérias primas e da mão-de-obra barata dos países em desenvolvimento para poder dominar o mercado. Juntando forças, orquestram e executam o golpe militar de 1964, um período marcado por concentração de terras, êxodo rural e a implantação de uma agricultura em grande escala, com uso excessivo de agroquímicos e maquinários pesados.

As repressões por parte do governo não acabaram junto com o regime militar, pelo contrário, assim como, a forma popular ganhou força com os anos de resistência à ditadura, a elite agrária que sempre fez parte da política que governa o Brasil, criou formas de manter a repressão usando instrumentos do Estado para isso, como foi feito durante o mandato de

Fernando Collor de Mello, já no período de redemocratização, quando foi criado um departamento específico para combater os Sem Terra.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, começou a ser implantada uma política em prol do modelo neoliberal. Em termos de alinhamentos políticos. Isso gerou de forma explícita uma permissão para os fazendeiros e seus jagunços realizem ataques e repressões violentas aos movimentos de luta pela terra. Não foi à toa que nos primeiros anos de mandato aconteceram dois grandes massacres protagonizados pela força militar, o massacre de Corumbiara e de Carajás.

O projeto de mandato mais popular que o Brasil viveu foi durante os anos de mandato do Partido dos Trabalhadores – PT, poderia ter tido maiores avanços na luta pela terra, a execução da tão sonhada e pelejada Reforma Agrária. Porém, não foi isso o que aconteceu. O governo Lula foi um dos governos que menos teve famílias assentadas, indo totalmente contra ao que se esperava. Além disso, se compararmos o investimento do governo para a agricultura familiar e para agronegócio veremos valores assombrosamente distintos. Segundo Stedile,

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu empréstimo, apenas ano passado, mais de R\$ 17,2 bilhões para empresas do agronegócio. O Banco do Brasil concedeu mais de R\$ 10 bilhões para apenas 20 empresas do agronegócio. Enquanto isso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem previsão para liberação de apenas R\$ 7,2 bilhões para a safra 2008/2009, alcançando 1,2 milhão de famílias de pequenos agricultores (STEDILE, 2009, p.09)

Essa diferença de investimento, têm impactos diretamente na produção e na garantia de renda, abrindo uma diferença rentável entre os dois setores. O que é bastante grave, pois a produção em grande escala não está ligada a produção de alimentos para consumo interno do país e conseqüentemente não são essas 20 empresas do agronegócio responsáveis para produção de alimentos para a maior parte da população brasileira.

A desigualdade na rentabilidade está diretamente ligada ao investimento e incentivo do governo e se torna um dos problemas estruturais que geram os conflitos, pois dela vem o acúmulo de terras por partes dos latifundiários, os pequenos agricultores não conseguem a renda necessária para sua sobrevivência e acabam vendendo suas pequenas propriedades para fazendeiros vizinhos, que compram a preços muito mais baixos do que realmente valem.

Um outro motivo dos conflitos é o interesse de desarticular politicamente os camponeses, despolitizando uma luta histórica. Esse interesse parte principalmente das empresas do agronegócio, que em sua maioria concentra um grande número de hectares e que ou são transnacionais ou são nacionais com capital estrangeiro.

O Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA (2014) traz números alarmantes que registram crescimento do índice de *Gini¹⁰ em 2014, e que esse crescimento tem impacto direto no crescimento da violência e mortes no campo, segundo ele,

[...] a violência se potencializa justamente ao visualizar que 113 milhões de hectares estão distribuídos em 5,3 milhões de imóveis de até 100 hectares, enquanto apenas 365 imóveis concentram 138,64 milhões de hectares. Essa é a causa central da violência e dos assassinatos no campo brasileiro e que o Relatório Dataluta 2014 apresenta em uma série histórica nos anos de 1988, 2003, 2010, 2012 e 2014, dados que apresentam um aumento no índice de Gini de 0,83 no ano de 2012 para 0,86 em 2014. Aumentou a concentração e consequentemente a possibilidade de intensificação da violência (NERA 2014, p.6)

A história agrária do Brasil é marcada pela violência desde seus primeiros momentos, primeiro com o projeto de colonização, depois com a posse de terras, onde só teria terra quem comprovasse com documentos a compra ou a doação da mesma, deixando assim a margem e sem ter onde ir os negros recém “libertados” com a lei Áurea e os imigrantes mais pobres que eram atraídos para o Brasil para trabalhar nas grandes propriedades.

A disputa de terras se tornou mais vista e cada vez mais violenta com uso de ferramentas do Estado Brasileiro. Para cometer atos como foi o caso de Eldorado dos Carajás município do estado do Pará, no qual a polícia foi a principal ferramenta usada no conflito.

Por fim, foi implantado o projeto da Revolução Verde¹¹, o qual ainda estamos vendo florescer, onde a ideia da produção de grande escala e com objetivo de exploração impera, fazendo com que os pequenos produtores, agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, sejam esquecidos no orçamento do país.

Dessa forma não conseguem permanecer em suas terras, pois sem investimento e sem acesso aos direitos básicos de vida, significa precisar sair de suas localidades para conseguir viver com condições mínimas de existência.

Quando a negligência política e governamental não é suficiente, acontece o que o NERA 2014 nos mostra, o uso da violência como assassinatos de lideranças, para prosseguir com o projeto onde o campo é visto como um espaço de produção mercadológica e não produção de vida e de diversidade.

Em resposta às violências, encontramos resistência e luta dos povos camponeses, dando sempre um jeito de se manifestar e buscar seu direito de existência com dignidade. É o que mostra a primeira tabela, onde notamos que em todo o Brasil, entre os anos 2000 e o ano 2016 tiveram várias manifestações no campo.

¹⁰ O índice de Gini mostra a concentração de terras. Quanto mais próximo de 1, maior a concentração, ou seja, maior a desigualdade. (IBGE, 2020, p.03)

¹¹ <https://www.preparaenem.com/geografia/revolucaoverde.htm>

Tabela 1: Número de manifestações do campo por estados e macrorregiões – 2000 - 2016

TABELA 9 - BRASIL – NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES DO CAMPO POR ESTADOS E MACRORREGIÕES – 2000-2016				
Região/UF	Manifestações	%	Pessoas	%
NORTE	1.790	14,3	727.787	10,3
AC	143	1,1	28.997	0,4
AM	124	1,0	27.390	0,4
AP	20	0,2	1.591	0,0
PA	901	7,2	430.524	6,1
RO	351	2,8	170.838	2,4
RR	104	0,8	29.650	0,4
TO	147	1,2	38.797	0,6
NORDESTE	4.313	34,4	2.542.058	36,1
AL	903	7,2	390.644	5,5
BA	776	6,2	524.012	7,4
CE	376	3,0	348.824	4,9
MA	322	2,6	157.688	2,2
PB	443	3,5	280.554	4,0
PE	881	7,0	412.420	5,9
PI	165	1,3	95.124	1,3
RN	216	1,7	72.835	1,0
SE	231	1,8	259.957	3,7
CENTRO-OESTE	2.104	16,8	1.253.326	17,8
DF	500	4,0	583.517	8,3
GO	369	2,9	248.486	3,5
MS	588	4,7	198.845	2,8
MT	647	5,2	222.478	3,2
SUDESTE	2.070	16,5	1.002.884	14,2
ES	224	1,8	87.880	1,2
MG	821	6,5	461.303	6,5
RJ	263	2,1	153.933	2,2
SP	762	6,1	299.768	4,3
SUL	2.269	18,1	1.513.448	21,5
PR	800	6,4	540.131	7,7
RS	1.068	8,5	749.166	10,6
SC	401	3,2	224.151	3,2
BRASIL	12.554	100	7.049.073	100
* A soma do total dos estados é inferior ao total do Brasil, pois 08 registros da CPT não trazem informações de municípios e estados e assim não estão presentes no total de nenhum estado, mas estão presentes no total do Brasil. A soma das porcentagens também é inferior a 100% por esse motivo.				
Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017. www.fct.unesp.br				

O Relatório de 2016 *Dataluta¹², nos apresenta dados sobre as lutas pela terra e estruturas fundiárias do Brasil de 2016, onde conseguimos acompanhar as alterações no campo e as lutas de resistência camponesa. Segundo o relatório, houve várias manifestações ocorridas no campo, em todo o Brasil, no Nordeste o estado de Alagoas foi o que mais registrou as manifestações, com 903 entre os anos 2000 a 2016, em seguida vem Pernambuco com

¹² DATALUTA é um banco de dados da luta pela terra da NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária da UNESP

881 manifestações e em terceiro a Bahia com 776, porém, mesmo tendo menos manifestações, a Bahia registrou maior número de pessoas se manifestando, com um total de 524.012 pessoas.

Mesmo com as lutas e resistência dos povos camponeses a estrutura fundiária do Brasil continua a ser mudanças onde se nota o aumento dos empreendimentos maiores de 100.000 ha e o tamanho da área que esses moveis ocupam deixando o índice de GINI cada vez mais perto de 1,0. Assim nos mostra a segunda tabela de Mudanças da estrutura fundiária.

Tabela 2: Brasil – Mudanças da estrutura fundiária por classe de área 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014.

TEBELA 5 - BRASIL - MUDANÇAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CLASSE DE ÁREA 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 E 2014								
CLASSE DE ÁREA (há)	1998		2003		2010		2011	
	Nº de imóveis	Área (há)	Nº de imóveis	Área (há)	Nº de imóveis	Área (há)	Nº de imóveis	Área (há)
TOTAL	3.586.525	415.548.886,60	4.290.531	418.483.332,30	5.181.645	571.740.919,42	5.356.425	590.716.875,33
Menos de 1	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10	107.572	54.516,68	113.160	57.066,67
1 a menos de 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50	161.313	218.441,69	165.560	224.511,20
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80	702.979	2.357.993,06	734.298	2.465.145,60
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20	578.783	40.096.597,35	595.961	41.306.259,46
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20	230.529	71.258.207,77	237.231	73.317.570,54
500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.668,60
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60	595	17.742.882,69	608	18.006.767,32
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82
100.000 e mais	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83
ÍNDICE DE GINI	0,838		0,816		0,838		0,839	
CLASSE DE ÁREA (há)	2012		2014					
	Nº de imóveis	Área (há)	Nº de imóveis	Área (há)				
TOTAL	5.498.451	597.018.808,73	6.140.118	740.401.645,78				
Menos de 1	117.301	58.875,48	274.671	68.179,10				
1 a menos de 2	168.738	229.075,39	183.693	250.433,37				
2 a menos de 5	759.005	2.549.567,34	841.217	2.827.508,40				
5 a menos de 10	829.862	5.996.899,20	908.886	6.566.924,32				
10 a menos de 25	1.391.712	22.560.429,52	1.499.140	24.305.032,47				
25 a menos de 50	860.300	30.210.990,87	932.481	32.802.217,70				
50 a menos de 100	611.745	42.414.477,17	665.642	46.170.133,05				
100 a menos de 500	593.026	122.332.189,00	645.700	133.446.464,51				
500 a menos de 1.000	85.437	59.426.508,45	93.658	65.276.368,53				
1.000 a menos de 2.000	41.206	56.933.642,14	48.234	66.717.495,31				
2.000 a menos de 5.000	31.865	93.781.039,50	36.639	108.793.966,83				
5.000 a menos de 10.000	6.157	44.106.421,27	7.100	50.696.144,66				
10.000 a menos de 20.000	1.113	15.263.453,08	1.591	21.770.955,74				
20.000 a menos de 50.000	627	18.502.428,82	879	26.261.973,04				
50.000 a menos de 100.000	138	9.701.272,64	222	15.806.316,49				
100.000 e mais	219	72.951.538,86	365	138.641.532,26				
ÍNDICE DE GINI	0,833		0,860					

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/inera

A tabela 2 nos mostra a quantidade de imóveis rurais de acordo com o tamanho, começando com o menor de um hectare e indo até 100.000 ou mais hectares, a quantidade e o tamanho área que eles ocupam e em baixo mostra o índice de Gini anual.

O que vemos é um crescimento na quantidade de imóveis menores de um hectare, porém, as de 100.000 ou mais hectares também tem um salto alarmante, em 1998 com 108 imóveis ocupando uma área de 29.377.251,20 ha, chegando a 2014 com 365 ocupando uma área de 138.641.532,26, já os imóveis menos de 1 ha começa em 1998 com 68.51 imóveis

O vermelho mais claro e vibrante com índice de 0,650 podemos encontrar em todos os estados do país, principalmente Amazônia, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rondônia. Podemos notar que nos estados do Nordeste, do Sudeste e do Sul tem vários pontos vermelhos também. Pelo mapa 1 é possível constatar que o problema de concentração agrária é algo enfrentado em todo o país, porém, o GINI fica mais alto nas regiões que tem um histórico de produção de grãos e na produção de carne, regiões onde o agronegócio impera.

Produção essa que nem sempre se encontra no controle de brasileiro, como mostra os mapas a seguir, tem muitos empreendimentos do agronegócio no Brasil que tem influências de capital estrangeiro.

Mapa 2 :Territorialização de Empreendimentos do agronegócio com capital estrangeiro



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/inera

O mapa 2 é composto por 3 mapas, cada um mostra os estados onde tem empreendimentos do agronegócio com capital estrangeiro, de países como: Estados Unidos, Japão e Argentina. É nítido que os Estados Unidos é um dos países que mais tem empreendimentos do agronegócio nas terras brasileiras, seguido do Japão. Tendo todos a mesma localização geográfica, ocupando as regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Conseguimos observar que são muitas as empresas nacionais com capital internacional que ocupam o campo, se juntássemos todas em um só mapa, a quantidade que iríamos ver seria bem maior. Essas áreas em sua maioria cultivam monocultura de cana-de-açúcar, soja, milho, entre outros produtos, que ou são exportados para fabricar ração ou são matérias primas para biodiesel ou óleo vegetal.

O cenário agrário brasileiro não mudou muito nos dias atuais, em 2018 foi eleito um governo que tem em sua base um discurso de moralidade da sociedade, ao invés de políticas voltadas para população. Além disso, se posicionou abertamente contra a demarcação de terras indígenas e quilombolas, demonstrando sua contrariedade a Reforma Agrária e aos movimentos que lutam por ela, demonstrando desrespeito pelas leis ambientais e pelos direitos humanos. Tendo como um dos objetivos de governo, manter a continuação da política acumulatória, não apenas econômica, mas de terras e riquezas naturais.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT, essa política nos leva a militarização da questão agrária, que tem como principais características a utilização da força militar para oprimir a luta pela terra,

[...]o problema não está na terra em si, mas em impedir que a luta pela terra coloque em questão o pacto político que a concentração fundiária sustenta. No momento atual, sinaliza-se com a necessidade de uma nova ofensiva do pacto do agronegócio – rentismo sobre assentamentos de reforma agrária, terras indígenas, quilombolas e de demais povos e comunidades tradicionais, sustentada por forças militares. (CPT, 2018, p. 31)

A militarização da questão agrária torna mais evidente quem se beneficia com a atual política de governo implantado no país, agravando ainda mais a violência no campo que tem aumentado de forma alarmante. No Caderno de Conflitos no Campo Brasil da CPT do ano 2021, podemos encontrar uma tabela de conflitos pela terra, na qual conseguimos visualizar esses números organizados por ano.

Tabela 3: Comparação dos Conflitos no Campo Brasil 2012 – 2021

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Conflitos Por terra										
Ocorrências (1)	828	802	820	828	1.112	1.033	1.000	1.260	1.576	1.242
Ocupações/Retomadas	255	245	223	234	224	193	157	48	29	50
Assentamentos	15	15	22	30	25	13	20	9	3	3
Total (2)	1.098	1.062	1.065	1.092	1.361	1.239	1.177	1.311	1.608	1.295
Assassinatos	34	30	37	49	61	70	27	27	14	36
Pessoas Envolvidas	471.160	461.065	622.495	642.005	736.590	639.715	664.470	580.228	687.872	670.760
Hectares	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.687.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957	71.277.426

¹ Os dados do número de Ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, tocas e pertencas; piquetagem, grilagem, invasões etc.

² Em 2021, foram registradas, no total, 1.295 ocorrências de conflitos por terra. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um deles corresponde a uma ocorrência. Neste ano, as áreas ou localidades em conflito somam 892. Para saber as Áreas em Conflito, ver no site www.cptnacional.org.br.

Fonte: Caderno de Conflitos no Campo Brasil – Comissão Pastoral da Terra, 2021. <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>

Conseguimos notar na tabela que os números de ocorrência como despejos, expulsões, ameaças de despejos e de expulsões, destruição de casas, roças e pertences, pistolagem, grilagem etc., tiveram um aumento significativo de 2012 a 2020, saindo de 828 para 1.576 casos, tendo uma pequena queda em 2021 para 1242 casos. Precisamos lembrar que o ano de maior ocorrência é justamente o ano de uma das maiores pandemias que já enfrentamos até o momento, no século XXI.

Os acampamentos que tinham vivido um aumento de 15 no ano 2012, para 30 no ano 2015, começaram a diminuir em 2016, chegando em 2021 com apenas 3 novos acampamentos. Um número muito baixo considerando o tamanho do Brasil e o índice de GINI.

Com relação aos números de assassinatos em conflitos por terra, em 2012 a estimativa era de 34 no ano e foi aumentando, tendo nos anos 2016 e 2017 (anos do golpe através do impeachment da presidenta Dilma Rousseff) chegando 61 e 70 respectivamente, com uma queda significativa entre 2018 e 2020 ficando entre 27 e 14 respectivamente, voltando a ter um aumento em 2021 com o registro de 35 assassinatos no ano.

A flexibilização de legislações ambientais e o ataque aos direitos territoriais de indígenas, quilombolas e camponeses como pauta legislativa, atrela-se, como nunca, ao banditismo social de grandes latifundiários que, blindados pela impunidade e com a cumplicidade da polícia, por vezes milícia, cada vez mais estão autorizados a matar... [...] E, assim, o Brasil vai criando suas zonas de extermínio. O interior da Amazônia, dos Cerrados e das Caatingas, assim como a periferia das grandes cidades, aqueles que lutam por direitos e que ainda constroem relações de sentido intensas com a terra, com a floresta, com as águas, com a cidade, são jogados na vala comum da indiferença pela sacralização da mercadoria e da propriedade privada. (CPT, 2018, p. 32-33)

O relatório do Caderno de Conflitos no Campo Brasil da CPT, mostra que enquanto o aumento de violência no campo é vigente e legitimado pela política do governo atual, a política de reforma agrária é negada, assim como, os direitos humanos básicos da vida camponesa, a pressão popular que são as ocupações e acampamentos tem diminuído.

[...] ao dar o golpe na presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer prontamente extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) como uma forma de barrar as iniciativas a favor da reforma agrária. Não faltam exemplos nesse sentido no recentíssimo governo empossado. O “governo Bolsonaro”, em uma medida administrativa cirúrgica, transferiu para o Ministério da Agricultura a identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas e quilombolas e a execução da política fundiária e da reforma agrária, ou seja, deixou o poder nas mãos da instituição que sempre lutou contra a decretação de terras para as populações originárias e a reforma agrária. (CPT, 2018, p. 166)

Essa decisão do então governo Bolsonaro deixa em cheque as comunidades tradicionais e os povos Sem Terra. Dando a um grupo de pessoas, que historicamente se declaram contra a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas e quilombolas e, trazem a grilagem de terras como uma prática constante na apropriação, garantindo a continuidade do acúmulo de terras, o

poder de garantir o acesso à terra, que é um direito garantido aos camponeses pela constituição de 1988.

Não somente o direito de acesso à terra fica em cheque, mas a segurança física dos povos camponeses também fica, já que os conflitos por terras são justamente entre povos camponeses e grandes latifundiários, assim como, o maior número de mortes e assassinatos no campo é em consequência dessa disputa.

Além disso, o atual governo investiu e incentivou a mineração em áreas indígenas, e em uma agricultura com características predadoras, com objetivo da exportação, com uso abusivo de agrotóxicos e adubação química. Sem nenhuma preocupação com os efeitos colaterais no solo, na água, na flora, na fauna e nas pessoas que vivem em seu entorno ou que trabalham nessas propriedades. Sem falar no projeto armamentista que potencializa a grilagem de terras e a violência no campo.

1.1. QUESTÃO AGRÁRIA NA BAHIA E O PROJETO DE ASSENTAMENTO ROSE

A história agrária do estado da Bahia é muito semelhante a do Brasil, até mesmo porque foi em nosso estado que começaram os primeiros passos do país Brasil. Onde as caravanas aportaram e onde a colonização se iniciou.

O nordeste brasileiro tem sua história marcada por um esquecimento governamental ao se falar de investimentos e desenvolvimento humano, acesso à terra e a água, marcado pela disputa de terra e pelo coronelismo. A Bahia não dispunha dos demais estados nordestinos. O cangaço marca a região como uma manifestação contrária ao coronelismo e o povoado de Canudos marca a luta do povo pelo acesso à terra e sua resistência através de seu modo de vida.

Durante esses anos de governo Bolsonaro não está sendo diferente. Inicialmente tivemos o fim de programas importantíssimos de acesso a água, como o programa P1MC – Programa de 1 Milhão de Cisternas, estamos em um governo onde os mecanismos de defesa do Estado brasileiro são utilizados para oprimir e controlar a população. Vivemos em um período que a Força Nacional intervêm em área de reforma agrária em um Estado, sem a solicitação do governador, praticando um ato ilegal e sem explicação plausível, intervindo na dinâmica organizacional de um assentamento, como ocorreu no extremo sul da Bahia no município de Prado.

Um período sombrio onde está em pauta a medida que está prevista no Projeto de Lei 5358/16, do deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP). O projeto deseja alterar a Lei Antirracismo

7.716/89 incluindo como crime o fomento de embate de classe, com pena prevista de três anos de reclusão e multa. A luta é diária e os que tombaram serão sempre sementes, que motivam a nunca desistir, porque vivemos retrocessos assustadores em todos os aspectos, para o campo, a volta de jagunços armados que matam com a permissão do Estado brasileiro.

Segundo os dados dos cadernos de Conflitos no Campo Brasil da CPT dos anos 2018, 2019, 2020 e 2021, a quantidade de assassinatos, ameaças de mortes e tentativas de assassinatos no campo, registrados, não tem um aumento alarmante, o que mais teve um aumento expressivo, foram as ameaças, que passaram de 8 em 2018 para 17 em 2019 e fechando em 2021 com 10 ameaças de morte registradas.

As tentativas de assassinatos que subiram de 1 em 2018, para 3 em 2021, porém, o que mais chama a atenção é que esses crimes são, quase que em sua totalidade, cometidos contra lideranças camponesas, indígenas, quilombolas, camponeses de fundo e fecho de pasto e sem-terra.

A Lei de Terras de 1850 foi um marco a constituição da propriedade privada, com ela foi garantido o privilégio de ter terra apenas para pessoas com dinheiro, em uma época que a luta pela abolição se esquentava, transformando a terra, que é um bem comum, um direito universal, em uma mercadoria. A violência no campo, que já existia na tomada de território dos indígenas e na escravidão dos negros, tomou outras formas. E por isso nos anos de 1989, ano que o Projeto de Assentamento Rose se iniciou, não teve um registro de menos violência que nesses últimos 3 anos.

O Brasil ainda estava se recuperando dos 20 anos de ditadura militar, a violência no campo era oficializada pelo sistema operacional do Estado brasileiro, sendo a polícia instrumento de opressão.

[...] A Bahia teve o maior número de conflitos, 66; ocupando o segundo lugar com 261 casos, em número de famílias expulsas a base de violência. Além disso, aconteceram na Bahia vários casos de torturas, feita pela UDR e pela PM. (CPT, 1989, p. 07)

Segundo o caderno de Conflitos no Campo Brasil de 1989, o nordeste foi uma das regiões que registrou um dos maiores números de conflitos no campo, entre os estados do nordeste a Bahia ficou em segundo lugar no número de assassinatos, na tabela abaixo conseguimos visualizar melhor as ocorrências registradas nesse ano.

Tabela 4: Conflitos de Terra no Brasil - 1989

CONFLITOS DE TERRA BRASIL 1989

Estado	Conflitos de terra em 1989	Pessoas envolvidas em 1989	Assassinados em conflitos de terra	Ameaçados de morte em conflitos de terra
** Região Norte				
Acre	40	6.995	0	12
Amazonas	6	0	3	0
Amapá	1	150	0	0
Pará	66	12.237	10	9
Rondônia	4	1.160	0	0
Roraima	6	0	0	2
Tocantins	34	6.396	1	14
** Subtotal **	157	26.938	14	37
** Região Nordeste				
Alagoas	17	4.726	0	13
Bahia	66	21.961	8	11
Ceará	20	6.917	1	8
Maranhão	26	20.971	6	14
Paraná	11	6.895	2	0
Pernambuco	12	3.920	0	0
Piauí	6	1.410	0	0
Rio Grande do Norte	1	600	0	0
Sergipe	7	7.175	0	0
** Subtotal **	166	74.575	17	50
** Região Sudeste				
Espírito Santo	8	3.933	4	10
Minas Gerais	27	2.323	2	3
Rio de Janeiro	11	6.119	0	1
São Paulo	12	3.850	0	5
** Subtotal **	58	16.225	6	19
** Região Centro-Oeste				
Distrito Federal	0	0	0	0
Goiás	19	5.789	2	0
Mato Grosso do Sul	9	14.850	0	0
Mato Grosso	21	4.478	4	4
** Subtotal **	49	25.117	6	4
** Região Sul				
Paraná	24	16.289	6	19
Rio Grande do Sul	26	26.466	6	3
Santa Catarina	20	6.922	1	2
** Subtotal **	70	49.677	13	24
*** Total ***	500	192.532	56	134

Fonte: Caderno de conflito no Campo Brasil. CPT, 1989

Segundo a tabela acima, conseguimos notar que mesmo a Bahia ficando abaixo de Alagoas no número de ameaças de morte, está no segundo lugar entre todos os estados brasileiros, quando o ponto é assassinato com 8 ocorrências registradas, ficando atrás apenas do Amapá com 10. O número de ocorrências na Bahia nesse ano também é bastante expressivo se comparado aos dos outros estados. E foi nos anos de 1989 que PA Rose é iniciado, em meio a um governo hostil, no semiárido baiano.

O¹³ Projeto de Assentamento Rose também conhecido como Lagoa do Boi, está localizado no Município Santaluz, no território do Sisal, a 6 km da sede do município. Tem uma área de 1.360 hectares onde residem 115 famílias. O PA Rose conta com 78 produtores de sisal, sendo essa a principal fonte de renda das famílias da Associação.

¹³ O relato da história do P.A. Rose, tem como base os relatos dos agricultores e agricultoras durante a roda de conversa, as conversas informais, tendo como fonte arquivos em áudio e caderno de capô.

Imagem 1: Acampamento



Fonte: Arquivo pessoal de Solange Oliveira Pamponet da Silva (Assentada e professora do assentamento)

A ocupação da Fazenda Lagoa do Boi aconteceu no dia 10 de Julho de 1989, por 100 famílias vindas dos municípios de Valente, Retirolândia, Conceição do Coité e São Domingos. Na divulgação da ocupação no município, era sempre informado que haviam 300 famílias, pois nem todos os agricultores vieram com suas esposas e filhos inicialmente, e como a faixa era que cada família era composta por 7 pessoas, a liderança da ocupação mantinha o número de 300 quando precisavam falar a quantidades de pessoas que estavam ocupando a Fazenda Lagoa do Boi.

A Fazenda Lagoa do Boi era uma área de sisal da Companhia de Celulose da Bahia – CCB, que depois de um alto investimento do Governo Federal para o cultivo do sisal, a CCB declarou falência quando o ciclo produtivo do sisal começou. Na área tinha equipamentos para a produção de mudas e a fabricação do papel utilizando o sisal como matéria prima, tinha máquinas para desfibrar e bateadeira de sisal. Com a falência, deixou de pagar seus funcionários causando muita revolta e um processo de indenização.

Imagem 2: Primeira missa durante o acampamento



Fonte: Arquivo pessoal de Solange Oliveira Pamponet da Silva (Assentada e professora assentamento)

Foi nesse cenário que o planejamento da ocupação começou, a após conhecer a área, os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Coité, Valente e São Domingos, mobilizaram os agricultores tendo como reivindicação, para além do projeto de Reforma Agrária, a concessão da terra como forma de indenização pelos tempos de trabalho.

Ao chegar na fazenda os agricultores encontraram além dos maquinários, algumas construções como um galpão, quatro casas, um banheiro coletivo e duas casas chamadas por eles de “Casas Grande”, uma sede da Fazenda e a outra onde funcionava o escritório da Companhia de Celulose da Bahia – CCB. Muitos bois e vacas, pois, por ser uma área aberta muitos fazendeiros utilizavam como pasto, deixando seu gado solto na área.

Imagem 3: Sede onde ficava a CCB



Fonte: Registros fotográficos da autora, Ariane Araujo Oliveira.

A presença dos bovinos na área gerou muitos conflitos, os agricultores acampados solicitaram a justiça local para que os animais fossem retirados, ocuparam a câmara de vereadores duas vezes, porém, na votação apenas três vereadores votaram a favor. Como o pedido foi negado, os assentados resolveram utilizar daqueles animais como alimentos, utilizando essa tática para que assim os fazendeiros retirassem seu rebanho do local. O que de fato aconteceu, no dia seguinte que abateram o primeiro boi, os fazendeiros mandaram retirar o rebanho.

O tempo passou e o capim que agora não tinha gado para comer, cresceu, e foi usado pelos fazendeiros como ferramenta para expulsar os acampados, ateando fogo. O fogo provocado pelos vaqueiros a mando dos fazendeiros gerou a morte de muitas mudas de sisal e prejuízo econômico.

Para poder proteger o sisal e suas famílias os agricultores acampados, convidaram os fazendeiros que não declaram publicamente inimizade ao acampamento, a alugarem o pasto por 90 (noventa) dias, tendo como forma de pagamento a construção da cerca de 200 (duzentas) tarefas. Ao final dos 90 dias, segundo a proposta, o gado era retirado e a cerca ficava pronta dificultando a entrada de estranhos que pudessem querer prejudicar o movimento.

Imagem 4: Manifestação em Brasília



Fonte: Arquivo pessoal de Solange Oliveira Pamponet da Silva (Assentada e professora do assentamento)

A estratégia garantiu que os lotes fossem cercados já que nem um acampado tinha condições financeiras para comprar estacas, mourões, grampos e arames. Além disso, assegurou

que ninguém iria ultrapassar a cerca para atear fogo na roça, já que estaria colocando em perigo os animais de fazendeiros.

Durante todo o processo, a comunicação era necessária e importantíssima, como a área era grande, uma forma de comunicação era o foguete, a regra era clara, ao ouvir o som do foguete, todos, independentemente de onde estivessem, deveriam deixar o que estavam fazendo e seguir para onde estavam soltando os foguetes. Era um aviso de que algo importante ou perigoso estava acontecendo e que por isso precisava de todos juntos.

No processo de ocupação, a liderança dos agricultores acampados se organizava em uma pequena comissão formada por 16 pessoas, que se subdividia em setores como, por exemplo, o setor de organização, que tinha como função criar estratégias de auto-organização, construir parcerias etc. Outro setor, o de defesa que era para vigiar e garantir segurança do local e das pessoas, não permitindo que ninguém entrasse sem o conhecimento e consentimento dos agricultores.

Assim como, para controlar a saída e entrada dos acampados era utilizado um caderno de entrada, que deveria ser assinado na saída informando o motivo e assinar na volta, pois caso um dos companheiros não retornasse, poderiam saber por onde começar a procura. Havia ainda o setor de compra e venda do sisal, o setor de mudar de lugar e instalar os motores de sisal e o setor de finanças que administrava o dinheiro que era destinado para a manutenção das atividades do assentamento.

Para contribuir nas tomadas de decisões a comissão decidiu criar um grupo com 33 pessoas, formado por 9 (nove) mulheres e 24 (vinte e quatro) homens, a ideia de ser um número ímpar foi para facilitar nas tomadas de decisões, garantindo não haver empate nas votações. O objetivo da criação do “33” foi para que esse grupo pudesse tomar as decisões no assentamento que garantissem a ordem. Eram eles que construíam as regras e as executavam, quem fiscalizava e garantia que todos as cumprissem.

O “33” ficou com essa responsabilidade até que em dezembro de 1990, quando foi fundada a Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Rose - APACOR, que hoje conta com 160 sócios.

O PA Rose traz em si uma história de organização de movimentos sociais e de articulação de ações visando à implantação de um processo de desenvolvimento sustentável do meio rural, com foco na Agricultura Familiar tendo em sua trajetória a conquista de vários projetos.

O primeiro projeto garantiu a eletricidade para o assentamento e aconteceu em no início de 1992, não foi feito para atender aos agricultores assentados, era para a comunidade Vargem

Funda do município de Santaluz. Porém, em um acordo político conseguiu que os 11 (onze) postes de energia elétrica fossem colocados no assentamento Rose. Esses postes não tinham a luz para a iluminação pública, só conseguindo as lâmpadas em 1993.

A rotina dos agricultores era intensa, com o trabalho no motor durante o dia inteiro e com formações políticas em dias livres. Para as mulheres que vinham acompanhar seus esposos e contribuir na luta, precisavam se desdobrar, para mesmo ausente, garantir o bem estar dos seus filhos.

Para garantir o bem estar das crianças e para que a mãe e o pai pudessem trabalhar, sabendo que seus filhos estavam seguros, a associação organizou uma creche que funcionava no escritório da CCB. Três mulheres trabalhavam voluntariamente e as despesas com alimentação, materiais de limpeza, eram garantidos pelo departamento de finanças que utilizava parte do dinheiro arrecadado com o sisal.

Entendendo a necessidade de criar um fundo financeiro para garantir a manutenção e a realização das atividades do acampamento, bem como garantir a participação das lideranças em reuniões e atividades que garantissem a continuação da luta, o “33” criou um fundo com a produção do sisal, a cada 1000kg de sisal, 100 kg eram destinados para o fundo, que era utilizado nas despesas da creche, combustível do carro e com outras despesas como foguetes que eram usados para chamar os acampados.

Com o passar dos anos, a necessidade de garantir uma educação para os filhos e filhas dos agricultores começou a ficar cada vez mais gritante. Porém, por estarem cercados por conflitos e ameaças, não consideravam seguro mandar suas crianças para comunidades vizinhas, nem para a sede do município, por conta disso, em 1990 a professora Solange, com apoio das famílias acampadas, começou a dar aulas do Ensino Fundamental I na casa do escritório da CCB, que já era usada para a creche, inicialmente no turno da tarde.

Para iniciar as aulas, contaram com o pastor Enok que já conhecia o acampamento e contribuía com a luta. O pastor se comprometeu em doar os livros e os bancos. Em 1990 os agricultores foram em busca do apoio da prefeitura.

Conseguiram uma audiência com Nortá, então primeira dama, que informou não ser possível legalmente a construção de uma escola no acampamento, pois a área não estava regularizada, mas poderia ceder a merenda e o material. Depois de alguns meses, a associação conseguiu que a prefeitura também pagasse a professora e a merendeira, até então voluntárias, para trabalhar.

Em 1991, alguns agricultores começaram a construir casas, porém, em um local plano, perto do primeiro local que acamparam. (Houve três lugares, o primeiro perto da estrada em

uma pequena baixa, o segundo perto da casa sede do escritório da CCB e por último onde foi criada a agrovila, em um local plano, perto das fontes de água e do primeiro acampamento).

Nesse contexto, as crianças precisavam caminhar muito para chegar na escola. Era uma estrada movimentada, pois a mineradora Vale do Rio Doce tinha começado a mineração de ouro no município, e por causa dos conflitos, os agricultores e os trabalhadores da mineradora tinham desavenças. Inclusive houve casos de serem ameaçados com tentativas de atropelamento, nos casos mais graves os atropelamentos de fato aconteciam.

Aliado a isso, ficou mais difícil levar a merenda, pois a merendeira teria que levar a grande panela na cabeça. Por esses motivos, nesse mesmo ano a escola e a creche foram transferidas para a nova área, onde as casas estavam sendo construídas. Entre uma casa e outra ficou um espaço onde amarraram uma lona em uma parede de cada casa, levaram os bancos e ali no barracão de lona, a escola funcionou por dois anos. A creche foi para a sede da fazenda e começou a ser mantida pela prefeitura.

Em 1992 ocorreu uma mudança na prefeitura, Donga foi eleito. Ele por sua vez, vendo que teve praticamente todos os votos do acampamento, se disponibilizou para ajudar com as demandas do mesmo. As lideranças do acampamento pediram a construção de uma escola, o que o prefeito respondeu não poder, pois a área ainda não estava legalizada, vendo que não conseguiam a construção, os agricultores sugeriram que ele fornecesse os materiais e a planta feita pelo engenheiro que trabalhavam pela prefeitura e que a mão de obra seria contra partida dos agricultores.

No decorrer da construção, quando as paredes estavam com 1 metro e meio de altura, em um dia de visita o prefeito assumiu a construção, pagando pedreiro, ajudante de pedreiro e carpinteiro para finalizar a construção.

Durante o processo de construção da escola, a CCB desocupou a casa grande, sede da fazenda e atualmente sede da associação. Nessa oportunidade, a escola deixou o barracão de lona e foi para a casa grande, ficando lá por 6 meses até finalizar a construção da escola. Ficando junto com a creche que já tinha sido transferida do escritório da CCB para a sede da fazenda em 1991, quando a prefeitura tinha assumido sua manutenção.

A Escola Municipal Dez de Julho foi inaugurada em junho de 1993, assim que as obras terminaram. Aproveitando o fim do mandato do prefeito Donga, na comemoração da inauguração, os agricultores negociaram com o prefeito para a construção do posto de saúde, aproveitando a demonstração de interesse da doutora Mirian. Usando a mesma metodologia de fornecer os materiais e os agricultores construírem e o posto de saúde foi construído.

Um ano depois da ocupação da Fazenda Lagoa do Boi, começou um período de estiagem, em seguida tiveram o que chamaram de seca verde, onde mesmo chovendo, não tinha água para beber ou para os animais, pois os reservatórios eram pequenos e precisavam ser limpos. A água que captavam era pouca considerando a quantidade de pessoas para usar.

Para poder garantir o acesso a água, lutaram para construção de um poço artesiano, com 28 metros de profundidade, vazando 15 mil litros de água por hora, foi o primeiro poço que a comunidade adquiriu. Ficando a 1 km de distância do poço para a caixa de água que ficava dentro da vila.

Junto com o poço foi instalada uma bomba e canos para trazer a água para a caixa e da caixa para um bebedouro de cimento feito para os animais, também para dois pontos de chafarizes, com duas torneiras cada, para o uso da população. Porém, a água do poço é salobra, por conta disso não podia ser usada para beber, limitando seu uso e mantendo a busca por água potável.

Na intenção de utilizar a água do poço para consumo, a associação adquiriu um dessalinizador, porém, o aparelho nunca foi usado, pois logo após sua aquisição, conseguiram a água encanada através da luta popular. A própria associação escreveu o projeto para o programa Água Para Todos e começaram a frequentar eventos, nos quais o então presidente Lula e o Governador do estado Jaques Wagner, estavam presentes em busca da assinatura dos mesmos para aprovação do projeto. O Projeto foi aceito e passado para a Embasa, depois dos assentados já terem conseguido a encanação e ter feito toda a instalação.

Mas a luta pela água não foi pouca, em 1991 os poucos reservatórios que existiam na área foram envenenados a mando de um fazendeiro com estricnina. A Etrinsicina é um alcalóide cristalino muito tóxico. Foi muito usado como pesticida, principalmente para matar ratos. Porém, devido à sua alta toxicidade, não só em ratos, mas em vários animais e também no homem, o seu uso é proibido em muitos países.

Os agricultores notaram que as piabas estavam mortas e que a água estava com gosto amargo, impossível de ser consumida. Nesse mesmo período, estavam alugando os pastos para fazendeiros como estratégia de proteção e de construção de cerca. Como estava em período de seca, os fazendeiros colocavam a água para seus animais com carros pipas, porém, era proibido que os agricultores pegassem dessa água. Para garantir isso, os fazendeiros colocavam vaqueiros vigiando e colocava Benzocreol¹⁴.

¹⁴ “Desinfetante com ação exclusiva sobre microrganismos dos gêneros Salmonela, Staphylococcus, Pseudomonas e escherichia, na ausência de matéria orgânica; Equipamento e utensílios pecuários; Nas

Sem ter onde pegar com autorização, os agricultores roubavam essa água, colocavam água sanitária e deixava de um dia para o outro para que o cheiro forte saísse e para que a parte oleosa do produto também saísse. Para poder usar a água para o banho das crianças e para lavar roupa. Depois de anos foi descoberto que essa água era de um tanque que armazenava água do esgoto da cidade.

Sem água potável por perto, as agricultoras acampadas precisavam caminhar 3 km com baldes, carotes em jegues para buscar a água potável na fazenda de Leitãozinho ou na casa de uma senhora, geralmente a noite pois era quando as crianças dormiam e quando chegavam do motor de sisal.

Na área coletiva, tinham dois tanques e três caldeirões de pedras que em 1993 conseguiram financiamento para ampliar os tanques e construíram um açude comunitário pela prefeitura.

Durante a ocupação e resistência, o PA Rose contou com parceiros que contribuíram de forma direta e indireta, um deles foi o Movimento de Organização Comunitária – MOC, que forneceu as lonas para os barracos, conseguiu sextas básicas, apoio organizacional, consolidação de parceiros como TIM que investiu no assentamento. O MOC esteve presente ativamente na ocupação até 1994, nos dias atuais mantém sua parceria como o PA Rose contribuindo na formação política e pedagógica.

Com essa parceria, no ano de 1992 o MOC, com a contribuição também da prefeitura, convidou o PA Rose e mais dois assentamentos para uma reunião que seria para a apresentação de um projeto de Educação do Campo, com base em um projeto já em desenvolvimento no estado de Pernambuco: “Projeto Conhecer, Analisar e Transformar” – CAT.

Após a apresentação, a secretaria de Educação de Santaluz gostou muito e resolveu implantar no município. O projeto tinha como objetivo conhecer, analisar e transformar a realidade, conhecer a realidade das famílias, através de atividades de casa que os estudantes desenvolviam respondendo com seus pais, analisar as repostas coletadas pelos estudantes e a partir daí construir um plano de unidade, chamada de ficha pedagógica, com base na realidade apresentada pelos estudantes.

O CAT tinha foco no meio ambiente, na cultura, nos cuidados com a terra e nos cuidados com a água. Partia sempre da realidade do estudante, fazendo a interdisciplinaridade com os

afecções das mucosas das cavidades naturais; No tratamento do umbigo dos recém-nascidos”. Disponível em:

<https://cassul.com.br/produtos/animais-de-producao/higiene-e-limpeza/desinfetantes/benzocreol-500-ml/#:~:text=%2D%20Desinfetante%20com%20a%C3%A7%C3%A3o%20exclusiva%20sobre,%2D%20Equipament o%20e%20utens%C3%ADlios%20pecu%C3%A1rios>. Acesso em: 08 de Janeiro de 2023.

componentes obrigatórios da grade curricular e a reflexão global partindo da local. O CAT foi executado até o ano de 2005, quando o prefeito Junho do Max se elegeu e não deu continuidade ao apoio da prefeitura, dificultando a participação das professoras nas formações trimestrais e nas devolutivas que eram necessárias.

Durante a execução do CAT, o MOC junto com parceiros internacionais, trazem para o PA Rose e a comunidade vizinha, Volta da Serra, a oportunidade no ano de 1998 de participar do projeto “Crianças Para o Mundo”.

O objetivo era proporcionar a comunicação e troca de saberes entre crianças de países diferentes, tendo como resultado o apadrinhamento de três crianças de cada escola com a participação de um intercâmbio internacional em Lisboa Portugal. Depois de três anos de correspondências, em 2000 acontece o encontro, o intercambio, comemorando os 500 anos de Brasil.

O município adotou nas escolas do campo as diretrizes curriculares do MOC através do projeto CAT e as diretrizes curriculares da “Escola Ativa” até 2005, quando o prefeito se opôs a continuar usando e propôs construir o Projeto Político Pedagógico – PPP. Professores e gestores das escolas do campo construíram um PPP gerido pelos princípios da Educação do Campo, porém, foi engavetado na Secretaria de Educação do município.

O atual PPP foi construído por um funcionário da prefeitura, tem apenas 4 laudas, ferindo todos os princípios de uma gestão democrática e participativa da escola, que começa na elaboração do PPP.

A Associação Comunitária de Produção e Comercialização do Sisal – APAEB comprava o sisal mesmo sendo ameaçada de ser processada pela CCB, a Companhia afirmava que o sisal era dela, logo a fibra e o lucro dela deveria ser da Companhia. Inicialmente foi a única organização que desafiou as ordens de não comprar. Quando os donos de bateadeiras de sisal do município de Santaluz perceberam que estavam perdendo fibras de ótima qualidade, começaram a tentar comprar. Porém, a APAEB garantia o melhor preço, pois toda vez que alguém tentava comprar o a fibra, a APAEB oferecia um preço mais alto.

A construção das casas do assentamento começaram no início do mandato de Joelson Martins. Inicialmente construíram uma pequena olaria, onde os próprios agricultores acampados faziam alvenaria para a construção, e o prefeito pagava a quatro pedreiros do acampamento para construir (Luiz Pinto, Bodão).

No mandato de Donga, ele manteve os quatro pedreiros e contratou Sasa que tinha acabado de passar no concurso para Agente de Saúde. No acordo, Sasa trabalharia três dias na

semana como Agente e dois dias ajudaria a construção das casas, recebendo na íntegra seu salário de Agente de Saúde.

Nas eleições para presidente disputada por Fernando Collor de Melo e Luis Inácio Lula da Silva, praticamente todo o assentamento votou para Lula, mas como Collor foi eleito, todos ficaram preocupados com a possibilidade de acontecer a desapropriação da área, por conta disso, decidiram que era necessário tirar uma comissão para ir a Brasília conversar com o então Ministro da Reforma Agrária, Antônio Cabreira, que garantiu a permanência dos trabalhadores na área.

Aproveitando a oportunidade, entregaram os documentos da área que conseguiram organizar. Porém, em pouco tempo, foi necessário voltar em Brasília, pois Antônio Cabreira foi substituído por Joaquim Roris que era conhecido por não apoiar o projeto de Reforma Agrária.

A segunda viagem a Brasília não só trouxe alívio em saber que antes de sair, Antônio Cabreira, tinha adiantado os processos e que já estava no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Ao irem ao INCRA, se informar como estava o procedimento do processo, ficaram sabendo que em Santaluz, haviam duas fazendas que o Estado já tinha feito a compra no governo de José Sarney, porém, os antigos proprietários continuavam a trabalhar nela e a usar o documento como sendo ainda donos.

Ao voltarem de Brasília, fizeram uma reunião com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santaluz e o CEAIC – ficando cada organização responsável para mobilizar e organizar a ocupação de uma das áreas, assim o sindicato mobilizou e organizou a ocupação do Assentamento Vagem Funda e o CEAIC o Projeto de Assentamento Antônio Conselheiro.

Em 1995 o então presidente Fernando Henrique Cardoso liberou a terra e o acampamento se torna legalmente Projeto de Assentamento Lagoa do Boi, que depois alterou o nome para Projeto de Assentamento Rose, em homenagem a Roseli Nunes, uma líder militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que foi assassinada em 1985 a mando do fazendeiro, depois da ocupação da fazenda Annoni no Sul do país. A ocupação da fazenda Annoni foi a primeira e a maior realizada por famílias organizadas pelo MST.

CAPITULO II: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA

O conceito de Identidade é complexo, considerando o quanto é amplo seu significado, é consideravelmente coerente buscar seu conceito por área de conhecimento ou buscar entender os fatores que contribuem para a formação da ou das identidades de uma pessoa.

Já para Erikson (1976) o conceito de Identidade, significa esboçar a sua história, traçando suas lutas, que por isso não podemos esquecer, nem menosprezar o papel das gerações mais velhas, sua influência e colaboração na identidade das gerações mais novas.

Segundo o autor, as gerações mais velhas precisam reconhecer seu papel na identidade dos jovens e na importância que esse papel representa para a continuação da luta coletiva, para a resistência de uma comunidade, para a disputa do território, pois contribuem para que os jovens não tenham uma atitude de rebeldia, não se afastem da comunidade e da luta coletiva e entendam que as lutas das gerações passadas também são suas, apontando o autor,

[...] Uma dessas responsabilidades consiste em fornecer aquelas ideias poderosas e convenientes que devem anteceder a formação de identidade na geração seguinte – que mais não seja para que os jovens possam rebelar-se contra um bem definido conjunto de valores mais antiga (ERIKSON, 1976, p. 28).

O comprometimento das gerações mais velhas na construção da Identidade dos jovens dá a eles a possibilidade de pertencer a uma comunidade, a um grupo, ter um objetivo comum, uma Identidade coletiva que faz parte da Identidade pessoal. A busca por uma Identidade é marcada pelo esforço de definir e redefinir a si, sendo as vezes implacavelmente cruel consigo se comparando a outros.

A dificuldade e intensidade na busca e construção de Identidade do jovem, depende muito do apoio da sua comunidade, como afirma Erikson (1976) “[...] contudo, essa Identidade depende do apoio que o indivíduo jovem receba, do sentido coletivo de Identidade característico dos grupos sociais que são significativas para ele: sua classe, sua nação, sua cultura”. (p. 88)

As pessoas que fazem parte direta e indiretamente da vida de um jovem podem influenciar na formação da Identidade desse jovem, pois ela é resultado de suas vivências, processos formativos, escolhas e contexto social, que está sempre em construção e mudando de acordo com a realidade atual de cada um.

Existem alguns fatores atualmente, que se tornaram dilemas para a construção e definição da Identidade, uma delas é a diversidade de oportunidade, podendo mudar o modo de

vida, escolhendo o que quer ser, se analisarmos a Idade Média pelo pouco que sabemos, por exemplo, não era possível “escolher” quem somos, a que grupo pertencer, ou o que defender. Era definido ao nascer e mudar isso seria ir contra os valores sociais e religiosos criados e impostos naquela época.

Nos tempos atuais temos a oportunidade de construir nossa Identidade, é permitido nos conhecer e nos perceber enquanto pertencente a um determinado grupo, mesmo não sendo aquele em que nascemos, “pertencentes”. Essa busca faz com que o sujeito assuma, mesmo que por curto período, Identidades diferentes sendo muitas vezes Identidades contraditórias, mas também nos faz entender que não temos apenas uma identidade.

Não podemos afirmar que uma pessoa tem uma única identidade, ninguém pertence a um único grupo social, por exemplo, uma mulher negra brasileira, que é camponesa, lésbica e que mora no estado do Rio de Janeiro, ela não deixa de ser nem uma dessas descrições, e ter cada uma dessas Identidades a faz vivenciar uma realidade diferente no mundo. Suponhamos que essa mulher vá morar no estado da Bahia e depois de anos se sinta em casa no novo estado, ela não deixa de ser carioca, mulher, lésbica e negra, mas ela constrói uma nova Identidade, onde ela também seja baiana.

Durante a vida passamos por fases de desenvolvimento que influenciam diretamente na formação da Identidade, de bebê ao final da infância, adolescência, a fase adulta e velhice. A adolescência uma das fases mais complicadas, surgindo crises intensas de Identidade, pois é uma fase crucial na formação do adulto. Além disso, a adolescência é marcada pela busca do “EU”, a construção de uma Identidade, ao mesmo tempo que, a opinião dos outros é tão importante que contribui para mudanças de comportamento em busca de aprovação, aceitação e pertencimento.

As crises de Identidade de um indivíduo estão ligadas a fase de vida que esteja vivendo e a fase, por sua vez, sofre influência do meio e instituições humanas como (religião, escolas, etc.). As instituições mudam junto com a evolução pessoal dos indivíduos. Essas instituições são geralmente usadas como mecanismo de controle social, cada país, sociedade, tem suas próprias leis morais, seguidas e impostas mesmo que oficialmente não exista nada escrito que obrigue a segui-las. Como cita o autor Erikson (1976) “Cada sociedade e cada cultura institucionalizam uma certa moratória para a maioria de seus jovens. Na sua maior parte, essas moratórias coincidem com aprendizados e aventuras que se harmonizam com os valores da sociedade.” (p.89)

A religião é a mais antiga e a principal instituição quando o assunto é construir padrões de comportamento que os jovens devem seguir, cada religião tem suas próprias regras, onde é

definido o que é moral ou não, padrões que se tornam base para a construção da Identidade de um jovem.

A escola é uma das instituições humanas que traz em sua essência a responsabilidade de contribuir na formação de Identidade tendo como base a sociedade atual, visando a sociedade em construção.

2.1. FORMAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA

A Identidade coletiva é um campo de disputa, ela que define qual projeto político e social defendemos, pelo que lutamos, para além de quem somos e queremos para nós. Tem a ver com toda a totalidade social, com o que buscamos para o bem coletivo. O projeto de sociedade que escolhemos lutar, ele faz parte da Identidade que se transforma no ser. De acordo com Bogo (2010),

A identidade do projeto da classe é um longo processo de construção e reconstrução, que carrega em si muitas contradições, seja na vida social, na atividade política, nos princípios e métodos organizativos, que influem na formulação estratégica da tomada do poder e da construção da sociedade socialista, mas sempre quer ir além no sentido da superação dos limites e obstáculos colocados pelo projeto oposto. (BOGO, 2010, p. 124).

A luta pela terra, por exemplo, contribui na formação da Identidade dos camponeses que estão nelas, ajuda para que se entendam como agentes de transformação, como um Ser Sem Terra que lutam pela Reforma Agrária e por uma sociedade onde o poder popular prevaleça, Bogo (2010) afirma que é pela luta que os Sem Terra e os pequenos agricultores encontram sua identidade de classe.

Castells (2018) apresenta três diferentes formas e origem de construção de Identidade, considerando que a construção social de uma Identidade está relacionada a um contexto de relação de poder.

Segundo o autor, as três formas de formação de Identidade tem como influência o contexto social são elas: 1) a Identidade legitimadora, construída pela instituição dominante que tem o objetivo de manter o domínio e expandi-lo; 2) a Identidade de Resistência, que é produzida pela reação aos poderes dominantes e tem o objetivo a sobrevivência ou adquirir uma qualidade de vida e 3) a Identidade de projeto, que surge quando as pessoas que são oprimidas e usam as alternativas culturais para construir nova Identidade, identificando qual sua posição social e por isso buscando meios que possa mudar as estruturas sociais.

O que Castells (2018) nos mostra é que independente das múltiplas Identidades, a Identidade coletiva é formada com a influência do meio em que vivemos, com a relação de poder existente. O que pode resultar em uma Identidade que vai reafirmar a estrutura de poder e exploração como construir uma Identidade que nega, que se opõem a essa estrutura e que por causa dessa Identidade opositora, tem aí um novo projeto de sociedade em disputa.

A construção da Identidade é constante, porém, sua essência não está no presente, ela se forma pelo o que já vivemos, em busca de mudar o que poderemos viver. A Identidade coletiva pode promover grandes mudanças reais nas estruturas sociais e por isso, a sua formação é um campo de disputa de poderes, uma ideologia, é ter uma escolha de projeto de sociedade e está intimamente ligada a Identidade. Conforme Erikson (1976),

[...] Identidade e ideologia são dois aspectos do mesmo processo. Ambas proporcionam a condição necessária para mais amadurecimento individual e, com ele, a forma seguinte e mais elevada de identificação, a saber, a solidariedade que vincula Identidades comuns numa vivência, ação e criação conjuntas. (ERIKSON, 1976, p.189)

A Identidade deixa de ser vista como algo inofensivo, pensando sua importância na disputa em uma sociedade dividida por classes sociais, ela garante a defesa de valores e utopias, a continuidade das lutas de uma classe, de um povo. Ao pensarmos sobre a neutralidade da Identidade, fica difícil não notar que é ela quem garante a continuação das tradições das comunidades tradicionais e, principalmente a resistência das mesmas que tem as suas tradições como processo de resistência. Isso possibilita o pertencimento, a construção de uma Identidade coletiva que tem como foco a luta de um povo e a defesa de seu território, como aponta Bogo (2010),

A construção da identidade de um povo é garantir as lutas futuras, a manutenção de um modo de vida e das vidas que estão envolvidas. É a forma de garantir a resistência no campo, “as identidades constituídas, de uma forma ou de outra, apresentam expectativas de continuidade histórica ainda a ser realizada. Por isso, a realidade presente é uma sequência que aponta para o futuro (BOGO, 2010, p.57).

A disputa de poder está é a disputa de representação das identidades sociais, cada uma como um projeto político e social. Quem se encontra nesse lugar de poder representativo se torna o grupo que dirige para onde vão ser encaminhados a educação, as regas sociais que vão colaborar com a construção de Identidades parecidas, criando assim um poder homogêneo.

2.2. IDENTIDADE CAMPONESA

A Identidade camponesa é construída no decorrer dos dias, na vivência, respeitando a história, a cultura, as tradições. Estando essa Identidade atrelada à luta pela terra, seja de acesso ou de permanência, de resistência, dando ao local, a terra, ao território um significado muito maior que espaço geográfico.

O acesso e a permanência na terra é com certeza um dos fatores mais importante na construção da Identidade Camponesa, como afirma Tardin “Em sua generalidade, o ser camponês está imbricado à natureza numa relação cotidiana, e essa interação se dá por um contínuo conhecer, pelas descobertas” (2012, p. 182). A relação com a terra, com as pessoas que compõem sua comunidade, a relação com a natureza seu modo de produzir tendo a agricultura familiar como seu maior sustento, e a sua cultura.

Em se tratando do campesinato, ele se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades com as transformações necessárias à sua reprodução material e espiritual, gerando uma miríade de expressões particulares que, ao mesmo tempo, respaldam-se em elementos societários gerais, marcando sua humanização e humanizando a natureza, em um intrincado complexo de agroecossistemas. (TARDIN, 2012, p.181)

A Identidade camponesa é construída dentro da comunidade enquanto família, suas formas de resistência, suas necessidades para a sobrevivência tendo a terra como o centro. De acordo com Dherwerson e Mauro (2015),

A identidade camponesa ainda está relacionada com a luta pela terra, que se destaca como local em disputa, compreender essa luta pela terra é espelhar como o espaço é vivido, o espaço se torna o território camponês sendo vital para produzir suas relações sociais e culturais, onde a identidade camponesa está em curso. (DHERWERTSON E MAURO, 2015, p. 27)

O acesso à terra garante ao camponês a condição de produtor, de sobrevivência, seu modo vida e de luta são traduzidas em outro contexto por melhorias na infraestrutura da propriedade, assistência técnica, políticas públicas agrícolas e sociais, que garantam a permanência no campo construindo uma vida digna e de qualidade.

A conquista da terra pelos camponeses possibilita a construção de uma nova vida, de uma nova Identidade, pois de acordo com Bogo (2010), a luta pela terra forma os pequenos agricultores construindo sua Identidade de classe a partir do seu lugar, do seu território, afirma que é pela luta que os Sem Terra e os pequenos agricultores encontram sua Identidade de classe.

É pela luta que os Sem Terra e os pequenos agricultores encontram sua identidade de classe. Sem a luta, não haveria condições de atingir esse patamar de relação entre si e com as demais forças. A organização de classe impede que cada um se isole em seu espaço. (BOGO, 2010, p. 139-140)

O ser Camponês vive na terra, tem seus princípios de vida refletidos no seu modo de produção, é uma das bases para a construção do conhecimento empírico, tendo a natureza como detentora de conhecimento, onde eles a observam para posteriormente aplicar o que aprenderam em seu modo de cultivo da terra, na criação de animais e no cultivo de suas plantações.

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto. É um observador dos astros dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existe antes daquilo que convencionamos chamar de *ciência*. (MOURA, 1986, p.9)

É notório a importância do acesso à terra e a permanência na mesma para o camponês, para a construção dessa Identidade. É esse contato direto com a natureza que forma, que controla o conhecimento, não foi à toa que os maiores movimentos existentes no Brasil, foram por acesso à terra. Um deles foram as Ligas Camponesas que surgiram em 1955 e que foi um dos maiores movimentos de resistência e luta camponesa.

A Identidade camponesa enfrenta hoje um desafio que é o processo de sucessão, é necessária a permanência no campo, no contato com a natureza, na construção e multiplicação de conhecimento em espaços não formais, utilizando a metodologia de ouvir e reproduzir o que os mais velhos ensinam, para a construção e manutenção da Identidade.

Porém, em sua maioria, os camponeses não tem uma propriedade que conseguem manter seus filhos e filhas após esses constituírem suas famílias, são propriedades pequenas, sendo necessário o trabalho em outras áreas como o comércio, para a complementação de renda.

Além disso, existe a educação que tem um viés capitalista e não trabalha a realidade das crianças, nem cria espaço onde os estudantes possam ver alternativas de permanência no campo. Temos a falta de investimento por parte do estado brasileiro na manutenção do jovem no campo, negando a eles uma permanência com dignidade e acesso aos seus direitos.

Quando camponeses lutam por seu direito de permanência no campo, quando lutam pelo acesso à terra, se chocam com os princípios capitalistas, que visa o acúmulo de terra, a mercantilização do campo, tornando o campo em um espaço apenas de produção, já os camponeses entendem o campo como um espaço de vida, de diversidade, de cultura, de ser.

O que faz com que as reações por parte do governo, sejam sempre acompanhadas de muita violência quando vão para o enfrentamento com a luta camponesa, a exemplo de canudos e Eldorados dos Carajás. Que de acordo com MARTINS (1995),

[...] O nosso campesinato é constituído com expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação. (MARTINS, 1955. p.16)

O autor nos diz que o campesinato nasce da contradição do capitalismo com a massa que é privada dos seus direitos, para a garantia dos privilégios de poucos. E é nessa luta de vida, de existência, que nasce e se fortalece a Identidade camponesa.

2.3 IDENTIDADE SEM TERRA

A Identidade Sem Terra está literalmente ligada ao MST – Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, criado em 1984, fruto dos movimentos das Ligas Camponesas, Comissão Pastoral da Terra e as CEBs - Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e a Igreja Luterana, que já estavam em luta de resistência no Campo.

O MST foi surgindo em vários estados ao mesmo tempo, tornando-se um movimento de abrangência nacional com propósito próprio, tendo o objetivo de promover a Reforma Agrária, combater a desigualdade de classe e garantido o acesso à terra como direito universal. Na Bahia o MST começa seu trabalho em 1985 tendo maior atuação no extremo sul do estado.

A Identidade Sem Terra, assim como a Identidade camponesa é uma Identidade coletiva, que tem objetivos de luta e construção social coletiva. Anteriormente foi mencionado que a Identidade não é imparcial, é através dela que escolhemos nossas lutas e objetivos, coletivos ou individuais. Sua importância é imensurável quando falamos da continuação do Projeto de Reforma Agrária.

Para que a luta de existência e resistência de um assentamento ou de um movimento se consolide, é necessário que a história individual de todos seja voltada para a construção coletiva, o que significa uma vida de formação que perpassa não somente a escola, mas em todos os espaços formativos, formal ou informal, pois é construída a partir da educação vinda das vivências dentro do movimento.

A formação “Sem Terra” de um indivíduo é proveniente da educação através de suas vivências dentro do movimento, da trajetória tanto do indivíduo como do conjunto. A história do indivíduo, desde acampado até ser assentado, é

fundamental para a formação e consolidação das ideias do movimento em cada um. (CALDART, 2012, p.8)

Anteriormente citamos as instituições que tem um papel fundamental na formação de Identidade de uma pessoa. Na Identidade Sem Terra não é diferente, os pais precisam instigar a participação dos seus filhos na auto-organização do assentamento, nas atividades diárias e nas reuniões de tomada de decisão, mesmo que seja apenas como ouvinte, pois as crianças e adolescentes Sem Terra, fazem parte da luta e da construção de um assentamento e por isso, precisam entender que a luta pela Reforma Agrária e a construção do assentamento ao qual eles fazem parte, é deles tanto quanto é dos seus pais.

É também fundamental nesta formação, que os pais estimulem seus filhos, nascidos nos assentamentos e acampamentos a participarem do trabalho no campo, para que conheçam a produção de sua família e para que estejam hábeis à continuar a produção familiar após sair da casa de seus pais. Também é importante que os pais influenciem seus filhos a participarem das místicas realizadas frequentemente pelo movimento, pois é um modo próprio do movimento de fomentar e consolidar seus ideais em todos os indivíduos trazendo a tona suas ideologias e principalmente sua história de luta e resistência. A participação frequente no cotidiano do movimento é essencial para que o indivíduo tenha experiências no “mundo da vida” capazes de formar sua identidade dentro do movimento, para arraigar seu compromisso e seu amor pela causa e pelos ideais do movimento social do qual participa. (UEDA e AVER, 2016, p. 08)

Mesmo os pais compartilhando com seus filhos as lutas e vivências, o MST tem uma preocupação constante na formação das crianças e jovens dos assentamentos, entendendo como um dos maiores desafios do movimento o de formar as crianças e os jovens cidadãos Sem Terra. Escolarizar as agricultoras, os agricultores e seus filhos, pois uma grande parcela dos acampados e assentados tem um baixo nível de escolaridade e por esse motivo a educação tornou-se prioridade para o Movimento. (MORISSAWA, 2001)

O MST criou o Coletivo de Educação do movimento, responsável por pensar pedagogicamente a formação e alfabetização dos companheiros e companheiras, criando mecanismos de educação contextualizada, como por exemplo, as Cirandas,

A Ciranda Infantil não é apenas um local para cuidar de crianças de zero a quatro anos. Mais do que isso, é um espaço educativo dirigido à garotada, no qual se aprende a cantar, desenhar, brincar, escrever e fazer teatro de acordo com a faixa etária. [...] A CII (Ciranda Infantil Itinerante), que funciona durante os eventos organizados pelos vários setores do MST, é uma estrutura paralela idealizada para facilitar a participação, principalmente das mulheres sem terra nos cursos, seminários e congressos realizados fora dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, nos quatro cantos do país. (MORISSAWA, 2001, p. 247)

As crianças que nascem e crescem nos acampamentos e assentamentos têm como parte da infância todos os espaços dos acampamentos e assentamentos, tornando parte de si cada espaço formativo, espaços físicos e de luta que são criados. Desse modo, ao viver sua infância

presentes em lugares como mutirões, seminários e estudando nas escolas dos assentamentos, faz parte da construção de sua Identidade.

Utilizando uma pedagogia conhecida como a Pedagogia do Movimento, na qual se tem como base da formação humana o próprio Movimento, o ser pertencente ao movimento, participa ativamente da luta e atividades coletivas.

A Pedagogia do Movimento afirma os movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico, de formação de sujeitos sociais coletivos que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana. [...] ... A Pedagogia do Movimento reafirma, para o nosso tempo, a radicalidade da concepção de educação, pensando-a como um processo de formação humana ... o ser humano se forma transformando-se ao transformar o mundo. (CALDART, 2012, p. 548)

Como CALDART fala acima, a Pedagogia do Movimento se fundamenta na formação humana tendo como principal espaço o movimento e a escola, entendendo que a formação acadêmica não pode ser dissociada da formação humana. O que torna a educação uma ferramenta poderosa na formação de Identidade do ser humano.

A Identidade Sem Terra é uma construção continua que sempre está se fortalecendo a cada confronto com os fazendeiros, nos embates políticos na busca pelo acesso aos direitos e na construção das políticas públicas. Nesse sentido, a educação mostra o quanto é importante para um projeto de sociedade e por que ela é um dos maiores espaços de disputas no mundo.

O projeto de educação do MST é uma peça fundamental na construção da “identidade Sem Terra” das crianças e adolescentes dos assentamentos e acampamentos. [...] ... e à luta do campo nos acampamentos do MST e é muito importante para criar raízes no movimento em seu processo de socialização primária. Esta educação se dá de forma específica, voltada ao movimento, com material didático elaborado pelo mesmo, com professores formados com base nos ideais de luta do MST e com um objetivo diferenciado das escolas convencionais. [...] ... A identidade tem o papel de criar laços afetivos e emocionais do sujeito para com o grupo, bem com torná-lo parte integrante desse coletivo, o que garante que haja predomínio de consciência coletiva em detrimento da individual. (UEDA e AVER, 2016, p. 08 - 14)

Na Identidade do Ser Sem Terra tem um lado que é a do próprio movimento, a luta de classe, a reforma agrária, a Educação Popular e a Educação do Campo, com princípios coletivos pensando no meio ambiente, na terra, seus territórios e produção são mais que uma forma de renda, são um modo de vida, são quem eles são.

Historicamente a instituição escola está nas mãos do Estado brasileiro, por isso a importância de uma educação contextualizada, tendo a preocupação não somente com a formação de crianças e adolescentes, mas pensando também na formação de professores ocupando, assim, os cargos com pessoas comprometidas com a luta coletiva, garantido que a Identidade de um Sem Terra, não seja desconstruída durante a formação acadêmica.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

A instituição escola exerce um papel crucial no controle social, ela é um espaço onde se solidificam os valores e princípios de uma sociedade, Pistrak (2011) nos fala que a escola pode servir ao propósito da manutenção do poder e, assim como, pode ser uma ferramenta de contrapor o sistema, ele diz,

A escola pode enfrentar o estudo da realidade atual de duas formas: ou a estuda com um objetivo exterior, sem determinar a própria posição a ela – e então teremos uma escola de ensino livresco; ou então a escola tomará posição frente à realidade atual – e então o presente será estudado de um ponto de vista bem determinado; então, e só então ela será capaz de educar a criança ... (Pistrak, 2011, p. 28)

A afirmação de Pistrak (2011) pressupõe que mesmo ela sendo uma instituição que pode reafirmar os valores de uma sociedade controlada por uma minoria de poderosos economicamente, ela também pode ser usada para construir princípios que questionem a ordem que oprime, ela pode, desse modo, ser utilizada para educar a criança ao ensiná-la a questionar, ao invés de aceitar tudo sem criticidade.

A escola se torna parte da sociedade, da comunidade onde elas estão localizadas, precisando assim, que o corpo docente esteja comprometido com o aprendizado das crianças e adolescentes, preocupados com o preparo humano dos jovens, seu papel na sociedade. Pensando nisso, os profissionais da educação precisam ser treinados, formados e escolhidos de acordo com o projeto de sociedade que se busca, como aponta o Erikson (1976),

[...] Por isso a seleção e treinamento das professoras é uma questão vital, para que se evitem os perigos que podem ocorrer ao indivíduo nesta fase. O desenvolvimento de um sentido de inferioridade, o sentimento de que “nunca prestarei para nada”, é um perigo que pode ser minimizado por uma professora que saiba enfatizar o que uma criança pode fazer e que reconheça um problema psiquiátrico quando o vê. Obviamente, reside aí a melhor oportunidade para impedir aquela confusão de identidade que retorna à incapacidade ou uma flagrante falta de oportunidade pra aprender. (ERIKSON, 1976, p.125 e 126).

Segundo o autor, os professores e professoras podem ajudar os jovens a superar a alta sabotagem que podem surgir no decorrer da construção de sua Identidade. O(a) professor(a) tem como dever, trabalhar com seus(as) estudantes dando a eles e elas a oportunidade de construir em si sua segurança de se saber que são capazes, quebrando a barreira construída junto com a construção de uma Identidade coletiva.

Partindo do papel da escola como uma instituição social na construção da Identidade de uma criança/adolescente, precisamos reconhecer a educação como um espaço de disputa entre

dois projetos sociais onde o(a) professor(a) é uma das principais ferramentas para a execução das propostas elaboradas para a educação. Segundo Carvalho (2012),

[...] A escola, enquanto uma instituição social, pode impor, ou constringer de modo legítimo, aos diversos grupos sociais nela presentes, os valores, atitudes e comportamento da cultura que se afirma como hegemônica, num jogo de relações (des) articuladas entre o saber, a relação social e afirmação das identidades. (CARVALHO, 2012, p. 10)

Dáí a importância de uma escola comprometida com uma educação de qualidade e libertadora e por isso o(a) professor(a) (educador(a)) do campo, na perspectiva da Educação do Campo, precisa ser não só preparado profissionalmente, precisa se entender como indivíduo na construção social, tem que se entender um membro da comunidade em que trabalha e precisa principalmente trabalhar a Identidade dos estudantes a partir da realidade local para que eles se reconheçam, se reconectem com o que vivem a sua volta.

Nesse sentido a escola é instituição, mas também o projeto de vida das famílias e suas práticas, condição para que deixe de ser apenas “coisa” dos governos e/ou, no máximo, da direita, dos professores. Uma Escola do Campo precisa assumir o movimento do campo como sua pedagogia, e por isso precisa sair das suas paredes mergulhar no mundo da vida dos trabalhadores do campo, que são as crianças, os adolescentes, jovens e adultos. (GEHRKE, 2010, p.164)

A construção da Identidade social em um projeto de sociedade é tão importante que vemos ataques frequentes à Educação como forma de controle, chegando a serem adotadas medidas de censuras como, por exemplo, o Programa Escola Sem Partido, criado em 2004 e que ganhou forma em 2017. O programa limita as discursões em sala de aula, podendo ter punição para professoras e professores com o seu descumprimento.

Essas investidas à educação quando não são uma forma de banalizar e precarizar o direito de ter acesso a uma educação pública de qualidade, garantido pela Constituição Federal, é uma forma de ataque para sufocar qualquer iniciativa de construção de uma educação, que contribui na formação de uma Identidade de classe, a partir do lugar onde ela acontece.

A Identidade de uma pessoa, construída ao longo de sua vida, em sua comunidade, com seus pais, na escola, com influência da igreja, no convívio com outras pessoas, é a Identidade individual, mas com uma construção coletiva, que define pelo que elas irão lutar, define seus princípios e valores, e por isso é fundamental que se identifiquem e sintam pertencentes ao seu local de origem. A construção das Identidades está diretamente relacionada à dimensão da história de vida do sujeito e dos referenciais políticos, sociais, culturais e econômicos, além de outras categorias presentes nas relações sociais. (CARVALHO, 2012)

A reflexão sobre a identidade aponta para o processo de interação dos indivíduos nos diversos espaços sociais nos quais buscam construir uma gama de sentidos de si mesmos e, simultaneamente, do outro. Esse processo de conhecimento não se reduz, contudo, apenas a um conjunto de crenças e representações sobre si mesmo e do outro, mas, também, pelo ambiente social no qual estão inseridos que se convergem na produção da identidade. (CARVALHO, 2012, p. 210).

O autor também destaca o papel da escola nos processos de (re)construção e afirmação das Identidades. Destarte, segundo Carvalho,

As identidades não são neutras, pois expressam nosso modo de ver e de nos posicionar socialmente. São, ainda, problemáticas e frágeis porque incorporam muitos paradoxos: o que temos em comum e o que nos diferencia; o nosso reconhecimento pessoal e do outro; o nosso sentido de pertencimento num ambiente de rápidas e constantes mudanças; e a possibilidade de ações sociais através de nossas identidades coletivas. (CARVALHO, 2012, p. 212)

Não podemos atribuir significados simples às instituições da sociedade, como por exemplo, escolas, igrejas etc., pois não são somente um espaço físico, são espaços construídos por pessoas, onde as relações interpessoais perpassam em sua construção, e são essas relações que constroem o significado que elas têm.

Para os povos do campo, a comunidade, a igreja, a escola, as reuniões de associação, a casa, os espaços coletivos como um mutirão, lugares da sua comunidade que são história viva de seu povo, são muito mais que um espaço, são parte de quem eles são.

ARROYO (2007) afirma que “A escola, a capela, o lugar, a terra são componentes de sua identidade. Terra, escola, lugar são mais do que terra, escola ou lugar. São espaços e símbolos de identidade e de cultura[...]”. (p.163)

Para a construção de uma Identidade que busque a luta coletiva, com princípios da agroecologia, com consciência de classe, que trabalhe na construção de um outro projeto de sociedade, mais justa e igualitária, é necessário ocupar os espaços formais com profissionais que já tenham essa Identidade construída. É entender que as escolas, as universidades e todas as instituições de ensino são do povo, e que por isso precisam servir ao povo, é entender que o campo não se move sem a escola, mas para isso é necessário que cada professor(a) seja um(a) militante, como afirma Pistrak (2011),

É preciso que cada educador se torne um militante social ativo; trata-se de uma obrigação não só professor de 1º grau (já convencido dessa necessidade), não só do professor responsável pelo curso de sociologia na escola de 2º grau (isso é óbvio), mas também de qualquer especialista: matemática, física, química ou naturalista. (PISTRAK, 2011, p. 22)

Não podendo ser uma exceção dentro da escola, é necessário que toda comunidade escolar esteja em busca de uma educação libertadora, para que se tenha uma escola transformadora, pois como o próprio Pistrak (2011) afirma “A escola sempre foi uma arma nas

mãos das classes dirigentes [...]” (p. 23) e por ser uma arma, seve ao proposito dos que dela se utilizam.

CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIAS DA PESQUISA, DIÁLOGOS COM AS VIDAS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os caminhos percorridos para a realização do estudo do qual resulta a presente monografia. Da escolha do tema, até este momento foram inúmeros passos que me formaram enquanto pessoa e pesquisadora.

Inicialmente cabe dizer que a pesquisa realizada foi de cunho qualitativa. Segundo DESLANDES (2016) a pesquisa qualitativa,

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...] (DESLANDES, 2016, p. 21)

Porém, é importante dizer que ao buscar a constituição da história do PA Rose e a Identidade Sem Terra, também vivenciei a reafirmação de minha própria trajetória, nesse sentido, é uma pesquisa participante.

Ao escrever a história do assentamento, escrevo também a minha história, sendo impossível não me envolver. A pesquisa tem origem na realidade do PA Rose e por essa razão acredito que terá uma grande relevância no arquivo da história do assentamento, história essa que é considerada importante para a construção de Identidade e do fortalecimento da luta comunitária. Em relação à pesquisa participante, Brandão & Borges (2007) afirmam que,

O ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica. Mesmo que a ação de pesquisa e as ações sociais associadas a ela sejam bem locais e bem parciais, incidindo sobre apenas um aspecto de toda uma vida social, nunca se deve perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma vida social. Deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações - a vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem inter-atuamos. (BRANDÃO & BORGES, 2007, p. 54)

Os instrumentos utilizados para coleta de dados variaram de acordo o tempo e as necessidades do estudo: nos arquivos da Associação foi possível estudar as Atas da Associação, os documentos de projetos administrados pela Associação, as fotos de registros do período de acampamento etc. No caderno campo foram anotados os planejamentos da pesquisa, as tarefas realizadas, as observações dos encontros coletivos e individuais. De encontros coletivos que deram origem a roda de conversa, que teve o objetivo colher informações sobre a história do Rose a partir de vários pontos de vista. Os encontros individuais aconteceram em formato de entrevista semiestruturada.

As perguntas norteadoras e a entrevista semiestruturada que segundo Deslandes (2016) é a combinação de “[...] perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada [...]” (p. 64). O que dá mais liberdade ao entrevistado, não limitando suas respostas ao que ele considera relevante na pergunta, podendo trazer elementos que nem o entrevistador, nem ele próprio esperavam.

Cabe destacar que esta pesquisa vivenciou um momento de importância mundial. No ano de 2020, entramos na pior crise sanitária e política dos últimos séculos. Explodiu a pandemia da COVID-19. Fazer pesquisa nesse contexto trouxe diversos desafios, um deles, acredito que enfrentados por todos, foi a instabilidade emocional que pairou com a incerteza de sobrevivência nossa e daqueles que amamos.

Em vários momentos foi necessário esquecer o cenário de insegurança, incerteza e de morte que assolava nosso país, para poder me concertar na leitura e escrita. Uma das sensações era que não íamos sair daquela incerteza por tão cedo. A negligência do poder público assombrava e deixava ainda mais longe a certeza da vacinação e da volta à “normalidade”. Foi o momento onde ficou muito claro que cuidar de mim, significava cuidar dos outros e que o cuidado do outro também me afetava. Os números de mortes aumentavam ao passar das horas e era assustadoramente cada vez mais perto que elas aconteciam.

Mas, tenho que confessar, que também foi um momento que nos “obrigou” a parar, a refletir o essencial para nós, no meu caso, foi um momento de voltar às origens, um tempo de parar para dedicar tempo para mim, ter contato com a terra, o que me fortalece, me cura. Ter contato com a caatinga, com o assentamento e todas as suas energias. Isso me permitiu estar lá enquanto escrevia, caminhar pelos locais que estavam nas falas, nas entrevistas, na história contada do assentamento, participar dos espaços de auto-organização, como o Grupo de Jovem e a Assembleia da Associação Comunitária. Foi um momento onde eu escrevia o passado a partir do presente que estava vivenciando.

A seguir apresentamos os sujeitos com os quais dialogamos e que contribuíram para as reflexões centrais deste trabalho.

Foram escolhidas 11 pessoas, essas por sua vez foram divididas em três grupos. O grupo 1 é composto por 6 pessoas que participaram da ocupação, da resistência e hoje são posseiros. O grupo 2 é formado pelos filhos e netos de posseiros, 04 pessoas no total. Importante destacar que neste grupo 02 estudaram na escola de lona no período de acampamento, 02 começaram a estudar já na escola de bloco e cimento e o Rose já tinha se tornando Assentamento. O grupo 3 é composto por uma pessoa, a professora do assentamento que é assentada, estando desde o

início do acampamento, começou a lecionar no barracão de lona e até hoje é a professora efetiva.

A construção dos roteiros das entrevistas semiestruturadas foram pensadas de forma cuidadosa para cada um dos grupos, com perguntas comuns e específicas, buscando abranger o objetivo de diálogo com cada grupo de pessoas e suas contribuições nas reflexões centrais da pesquisa.

As entrevistas com o grupo 01 tiveram como objetivo fornecer dados dos processos formativos durante o acampamento e assentamento, enquanto pessoas ativas no processo de ocupação e resistência.

O grupo 02 teve dois aspectos, filhos que estavam acompanhando o processo de ocupação, acampamento e assentamento, trazendo dados de como viver esses processos contribuiu na formação da Identidade do indivíduo e o outro aspecto, foi trazer filhos que quando nasceram já tinha se formado o Assentamento, vivendo a vida em comunidade sem a experiência de viver as técnicas de resistência na terra.

No roteiro do grupo 03, da professora, buscamos perceber além de sua trajetória e construção de Identidade, as contribuições da escola nesse processo de formação, com o objetivo de trazer pontos que mostre a escola nessa caminhada.

O objetivo central dos grupos foi buscar os processos de formação, de construção e afirmação de Identidade durante o acampamento e os anos de existência do Assentamento Rose.

3.1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Abaixo são apresentados as sínteses das entrevistas separadas por grupos, iniciando com o Grupo 01.

PERGUNTAS	COLABORADORES		
	D. ANINHA	D. DETINHA	D. TECA
Qual foi sua função no processo de organização durante o acampamento?	(...) ocupei só um barraco e ia para os motor trabalhar, naquela ocasião tinha um bocado de filho para dá o de comê.	Rapaz, eu não tive nem uma função aqui não, porque quando eu cheguei já estava bem adiantado, não tinha mais função para mim, Cheguei em Setembro, entraram aqui em Julho.	É, durante o acampamento, a função minha foi mesmo, a cozinha. Cozinhar. Eu cozinhava para o pessoal, né? Passei um bocado de meses cozinhando
Como você descreve o período de ocupação e acampamento?	Foi muito bom, mudou muitas coisas, porque meus filhos teve mais oportunidade e eu fui trabalhar... Mas eles teve a oportunidade deles estudar, ter uma creche pra ficar, eu ia trabalhar e não me preocupava por eles, então foi muito bom, me mudou muito.	(...) o tempo que passei num acampamento de barraco, em um lado mais ou menos e no outro péssimo. Porque era muita chuva e os barracos tinha hora que alagava tudo, não tinha como nem com a gente fazer comida... A gente sofreu muito, falar verdade é preciso. No tempo do barraco... eu tive problema de dor de cabeça, forte, eles me tiraram para o quarto lá da casa... Teve o período de tempo verde e seco. A gente sofremos muito.	Era muito animado. A gente gostava, porque era muita gente né, muita gente ali junto. Mas não é que a gente não sofreu, a gente sofreu, um pouco, que é como eu lhe digo, quando chovia, para a gente dar aquelas comidas, tudo cozinhada para aquele povo, embaixo do barraco de lona, não era também fácil.
O que mudou em você viver a experiência de ocupar a terra e resistir nela?	Mudou, mudou. Porque eu lá trás, eu me achava assim, como que eu não tinha ninguém por mim, vivia como que vivia abandonada e aqui graças a Deus era, eu tive muitas pessoas ao meu lado e tenho até hoje. Hoje eu sou feliz.	Mudou porque, a gente tem uma terra, a gente pode trabalhar, criar. E a coragem de participar de reunião, de estar na associação... Muita coisa mudou em Detinha, que era pocada demais, hoje já tem coragem ... já foi tesoureira por quatro anos, trabalha em grupo. Hoje eu chego ni uma repartição de gente, eu vou sentando para conversar, brincando...Eu comecei a participar de coisa lá fora que onde eu morava não participava de nada... E aqui, peguei a participar de curso... várias coisas, e ai	O que mudou em mim foi que a gente sempre ganhou conhecimento né. Que a gente começou a conhecer muito as coisas do movimento né, como eu vivia já lá no sindicato, eu conhecia um pouco já do sindicato né.

		desenvolve a mente, desenvolve o estado da pessoa.	
O que mais te marcou durante a ocupação?	Foi a escola. O que mais me marcou foi a escola que Solange foi muito humilde, ai ela viu que a criança não tinha como estudar, não tinha como ir pra rua estudar porque aqui ninguém conhecia ninguém, ai ela foi botou uma escolinha. Juntou as mães, chamou as mães e juntou as crianças e foi lá dá aula e ai Maria Baia tomava conta das crianças numa creche.	Tem duas coisas que mais me marcou, a primeira luta grande, correndo pra aqui e pra aculá. E as coisas boas, que era as brincadeiras que o grupo oferecia. Até hoje aqui está na minha mente. O show de calouro dos meninos, era muito divertido, muito bom. Quando a gente reunia todo mundo junto brincando, era muito diferente de hoje.	Eu gostava muito da luta, de está aqui lutando. Eu gostava muito das reuniões em Salvador. Ave Maria aquilo era bom demais! Uma coisa que também marcou muito minha vida foi isso né, peguei conhecer mais as coisas, a gente saia e eu gostei.
Quais mudanças ocorreram na vida em comunidade (relação das pessoas uma com a outra)?	Mudou porque quando nós chegemo aqui, era um por todos e todos por um e hoje não é mais assim, ...até no dia de sábado que a gente ia pra Santaluz a gente era unido...Tinha que esperar todo mundo, então por que mudou? Era pra ser até hoje, eu queria que fosse até hoje.	No início, a gente era todo mundo, como eles dizia, um por todos e todos por um, Depois isso acabou, hoje é todo mundo por si, ... Ai então é assim, hoje o povo vevi mais ... sei lá como é. Tá com tu aqui, na mesma da hora chega outra, já , tu já não presta mais, aquela da li é que é a boa, isso é horrroso.	ah mudou muita coisa né, porque naquela época era uma coisa, que os povo era uma união um com os outros, muito unido, muito mesmo, quando ia fazer qualquer coisa tinha que chamar tudo pra reunião pra todo mundo saber que ia fazer aquilo né. Tinha aqueles 33 foi muito bom ali, ajudou muito na época deles.
Quais processos formativos que você viveu no assentamento e que você considera importante?	...os homens fazia um samba, quando não tinha show de calouro, fazia samba brasileiro, tinha logo naquele tempo, tinha uma lei dos 33 e ai então ninguém podia errar...	Eu só vivi no assentamento que eu achei mais importante só foi curso. ... Eu tomei curso de leite ... também de criação de como manejar os animais. Eu tomei muitos cursos. Se eu fosse colocar em prática eu seria hoje a DONA Detinha.	...Muito bom também quando tinha aquelas brincadeiras, tinha festas que fazia aqueles bombas boi, aquelas coisas...tinha as missas que era muito bom que sempre era muito bom, então eram coisas muito importantes... a gente teve os cursos...
Conte-me uma grande alegria que você viveu nesse	... quando chegaram e disseram que a gente não ia mais ser expulso da comunidade ... quando eles vieram marcar o povoado pra	Aqueles momentos que tava todos brincando divertindo	Alegria que eu vivi nesse período era só mais aquele ajunto de gente, que a gente tava todo mundo ali, todo mundo se divertia bem... Cansava

período de luta pela terra	fazer as casas, ai foi um momento de alegria, muito momento de alegria...		de ter festa nas casa grande era um divertimento bom e eu gostava, me divertia muito!
Conte-me um grande desafio (tristeza/problema) que você viveu no período de luta pela terra	Foi de a gente sair tudo correndo da Federal que chegaram pra derrubar a gente daqui de dentro e ia passar trator, maquina em cima na gente com barraco e tudo e ajuntou mulher, menino e homem e enfrentemo a Federal, a Federal foi embora e nós ficuemos	Meu maior desafio foi ser tesoureira. ... Porque eu achava que eu não ia conseguir assumir aquela tesouraria, porque eu era muito tapada não sabia falar... não sabia fazer conta direito. Isso foi o desafio maior da minha vida...	O maior desafio pra mim foi a luta mesmo, a luta de cozinhar, de tá ali junto com as pessoas, tinha reunião direito
Conte-me um sonho de vida seu	O escrever, até hoje eu ainda tenho paixão por isso, eu sabia que se eu realizasse esse sonho eu morria feliz, tu acredita? que eu, meu sonho de vida que eu tinha de eu ser feliz, era eu pegar numa caneta pra saber	Meu sonho de vida era ver minha família toda crescida, toda grande ... muito sonho eu consegui, consegui meu carro, com sofrimento mas consegui, consegui minha moto, e agora meu sonho é deixar essa casa do povo chegar e não ficar olhando.	Meu sonho de vida é eu viver, eu viver, eu tenho um sonho assim, que eu peço a Deus pra eu viver muitos anos, eu tenho sonho de ficar velhinha, junto com a minha família.

PERGUNTAS	COLABORADORES		
	Sr. VIGIA	Sr. BRITO	ZIKA
Qual foi sua função no processo de organização durante o acampamento?	Vigilante ... não podia entrar e todo mundo ir dormir de noite... era tudo barraco de lona e aqui no berço da estrada, não podia todo mundo ir dormir, porque a revolta dos fazendeiros era grande com a gente aqui, ai no dia 10 que a gente entrou aqui ai escolheram eu ... Eu e Domingo. Ai com o tempo Domingo saiu e eu fiquei, passei dois anos.	...logo quando cheguei aqui eu fiquei com o pessoal aqui, eu somente trabalhava, trabalhava normal igual ao outros, tinha os meninos que administrava e eu ficava trabalhando por ali. Ocupando a terra ... Depois surgiu a função de os 33, eu fiz parte dos 33 durante os 6 meses, eu sair dos 33 quando terminou.	cheguei no sábado a tarde e quando eu cheguei aqui, já fui convocado para comissão de organização ... eu já assumi mais na parte da comissão a parte política, a parte da representatividade, e as negociações com o estado, com a empresa e a organização interna, mobilização ... ela teve uma duração de menos de meses, e depois a gente transformou essa comissão em associação, em diretoria, que aí eu terminei assumindo a gestão como presidente fundador da associação, e tínhamos um mandato de 2 anos.

Como você descreve o período de ocupação e acampamento?	... foi bom pra mim porque eu não tinha terra e ai depois que eu vim pra aqui passei a ter a terra. E a terra que eu tinha, eu tinha 9 filhos pra uma tarefa de terra. Ai passava sufoco.	Foi muito bom! Graças a Deus, porque antigamente eu não tinha nem a onde morar, na verdade eu morava na casa de meu pai, e hoje graças a Deus eu tenho a minha.	Foi um período de incerteza. Era um período que a gente tinha a convicção que tudo ia dar certo, mas não tinha certeza que ia dar certo... foi um período de muito medo, de pavor, porém também de agregação.
O que mudou em você viver a experiência de ocupar a terra e resistir nela?	Mudou muita coisa. Mudou porque a gente lá trabalhava pros fazendeiros, era como eles queria né e aqui a gente passou a trabalhar comunitário, ai tudo melhorou por isso, que era tudo comunitário, tudo. É o que um tinha o outro tinha, não tinha esse negócio de individual, era tudo coletivo, era no comestível, no dinheiro, era tudo	Mudou muito, porque antigamente eu ouvia falar sobre Sem Terra, mas eu não sabia o que era um sem Terra. Na verdade eu via falar, mas nunca tinha ido no sem terra, não sabia nem como era um sem terra. Hoje graças a Deus aprendi muita coisa que não sabia lá fora onde eu morava.	Não, porque eu já vim para aqui com intuito e com uma vida de liderança teoricamente construída, porque a gente já tinha um trabalho de base na comunidade, eu já tinha uma formação, né, já seguindo vinha da igreja, da Comunidade Eclesiástica de Base - CEBS ... então eu já tinha uma noção dessa vida comum, dessa vida comunitária...Há uma perspectiva de futuro , isso claro que sim né, e eu também não cheguei aqui Zicks , eu cheguei aqui Ezequiel e Zicka, o Zicks foi construído entre os dois ... O musical Zicks.
O que mais te marcou durante a ocupação?	o que mais marcou foi quando o capitão de Serrinha teve aqui ... e dez policial, eu tava sozinho, ai quando eles pararam, baseado assim uns 60 metros próximo de onde eu tava e o povo tava tudo trabalhando, só tinha eu. O resto era menino, mulher... me marcou porque eu, o medo foi grande... peguei logo soltei dois foguetão, ai só via gente...vindo lá da roça com foice, facão... nunca esqueci disso. E a outra coisas foi quando é... o juiz de Santaluz veio ai visitar a gente, veio com os advogados, a FETAG, veio MOC, veio várias entidades. Irmã Cecilia ela parece que fazia parte do ... CPT, Ai foi uma festa, eu nunca esqueci.	Bom! Uma coisa que nunca esqueço foi até hoje não esqueço, e é difícil esquecer, uma pessoa que já saiu daqui injusto. Isso me marcou muito porque por causa de uma brincadeira já vir um companheiro sair daqui, por causa de uma brincadeira que ele fez com um menino e saiu daqui injusto, isso aí me marcou muito.	Rapaz! Olha, eu acho que foi a aglomeração, era maravilhoso de mais, e a gente não tinha menos de 500 pessoas aqui. A diversidade dessa igualdade aqui, ela me ensinou... e a outra coisa foi o que o Rose contribuiu para os demais assentamentos existentes no Território do Sisal, acima de tudo, a gente tem essa linha ai que, isso é muito marcante, significativo.
Quais mudanças ocorreram na vida	Mudou muita coisa, muita coisa porque de bom: água, luz, teve mais coisa, os projetos que	Muito, porque antigamente aqui ninguém conhecia ninguém, quando chegamos aqui, eu	naquele momento pra o momento atual há uma diferença, as pessoas, eles apostavam mais,

<p>em comunidade (relação das pessoas uma com a outra)?</p>	<p>a gente pegou e trabalhar na terra como nossa... de ruim só tem uma coisa ruim, porque o sisal morreu todo ai ficou ruim né...</p>	<p>vim de um lugar, outros já vieram de outros... mas graças a Deus posso dizer que sou feliz aqui onde eu moro.</p>	<p>porém não sei se era pelo amor ou se era pela dor, mas ... tinham uma participação mais efetiva, as pessoas participavam mais do que no momento atual também eles tinham mais necessidade da participação ali, o foguete soltava e tava todo mundo ali próximo, o chamado: bora, precisa de dois ônibus de gente pra uma mobilização, manifestação, o pessoal tava junto por exemplo...</p>
<p>Quais processos formativos que você viveu no assentamento e que você considera importante?</p>	<p>– Ah eu aprendi muito foi com o curso de para trabalhar com criação de bode, ovelha, ai eu aprendi e os mutirão, quer dizer, quando os mutirão acontecia quando a gente entrou aqui, mas era bom também</p>	<p>Que eu considero importante? Ah, muita coisa. Tudo!</p>	<p>Dois momentos super importante, um momento que o MOC contribuiu com os cursos de formação de liderança, ai a parceira com o sindicato com o CEAIC e formações de conselhos municipais etc. nós tivemos o outro momento que foi o curso do Germinar. O Germinar ele foi trazido por uma ONG Canadense ... depois veio o Pronera que é curso básico mesmo da formação. ... a formação do Pronera com o meu curso de Direito que termina completando essa fase.</p>
<p>Conte-me uma grande alegria que você viveu nesse período de luta pela terra</p>	<p>O mais alegre pra mim foi quando Rose nasceu ... no barraco de lona lá em cima ... foi a comunidade que escolheu, através de Ari mais Sasá. Por causa se uma mulher de Rio Grande do Sul que morreu na época, faz pouco tempo que ela tinha morrido num conflito de terra no Rio Grande do Sul, ai como ela nasceu aqui, e essa Rose que morreu lá no confronto da terra foi na época que a gente entrou aqui, ai quando Rose nasceu ele tava aqui ai reuniu o povo e o povo aprovou o nome.</p>	<p>A alegria foi muita no tempo que chegemos aqui reunia todo mundo, foi um tempo mais alegre, foi um tempo mais divertido pra todo mundo, o povo tinha mais respeito com o outro e era antigamente, a coisa era mais divertido, falar a verdade, mais divertido e não tinha confusão com ninguém</p>	<p>Quase todo final de semana a gente realizava festival cultural de modalidade diferente com música, pintura, estilo gravura, antes de ter investimento financeiro. A gente comprava os presentes, a gente tirava comissão, muita gente doava, sábado a noite e domingo a noite a gente subia no palco pra fazer o famoso show de calouro. A outra coisa que achei muito importante e acho muito importante, a autonomia que a comunidade tinha para tomar decisões da sua vida política, cultural, social, muito, muito importantíssimo. A oportunidade que eu tive de conhecer várias capitais, ai das 27 capitais eu passei por 23 capitais. Fora as cidades grandes, seminários, congressos, as diversões que a gente</p>

			anda de asa deltas, pau de arara, ah enfim, a marcha de Feira de Santana a Salvador na 11, aos trios, animar eventos tipo Marcha das Margaridas, 50 mil pessoas, trabalhar animando, puxando caravanas. Isso foi tamanha de uma importância tamanha.
Conte-me um grande desafio (tristeza/problema) que você viveu no período de luta pela terra	Foi a separação ... ai eu vi coisa pesada, quando a ex-mulher foi embora, eu fiquei com 9 filhos... Ai a minha sorte, Deus ajudou, Deus bota em bom lugar que Mãe tá lá, foi quem tomou conta. Tomou conta de tudo. O mais velho era Dedeu, tava com 14 anos. Rose mesmo ficou com 9 meses.	Pra mim um grande desafio desse período assim, foi na vez que Detinha quebrou a perna, pra mim ali foi um grande desafio porque as 4 tudo pequenas e eu lutando, além do motor tinha que fazer alguma coisa aqui, por aqui por dentro de casa aqui. Pra mim foi o desafio mais forte que já aconteceu comigo aqui, esse foi o que não dá para um cabra esquecer nunca. Mas graças a Deus, sempre nós vencemos.	... fugir da polícia, deitar e levantar com dois celular tocando um hora da manhã. Levantar 11 horas e ter que viajar de madrugada pra fazer a luta acontecer, pra mim foi desafios. Eu fazia e faço a qualquer momento novamente, faria tudo de novo.
Conte-me um sonho de vida seu	Meu sonho mais é ter uma casa melhor que essa daqui, aqui é casa, mas não tá boa. Era ter mais condições, se os tempos ajudasse, de criar mais. (Animais como cabras e ovelhas)	Hoje graças a Deus eu vivo realizando meu sonho, sou feliz, tenho minha casinha ... Meu sonho é de viver mais e mais uns dias, até os dias que Deus quiser, Deus já me deu, o que mais, então hoje eu vivo feliz.	... concertar essa casa, puxar ali uma garagem e botar ai um carro, uma caminhonete 4x4, Construir família, viver agora para construir família. Esse é o meu projeto de vida.

A seguir a síntese das entrevistas do Grupo 02.

PERGUNTAS:	COLABORADORES			
	DEBA	J. R	Kely	LUIZ
Quem é você, como você se reconhece nas lutas do assentamento?	(...) uma pessoa que pensa hoje no bem coletivo, o que é importante para cada um de nós (...). Não adianta eu pensar só em mim.	Eu me vejo como um líder em iniciação, em crescimento.	(...) Eu acho que sou uma jovem que já cresceu. Depois que já tinha formado essa luta, já tinha conseguido essa luta pelo assentamento (...) eu jovem sou alguém que teve essa inspiração pelas pessoas que lutaram pela terra e acabou também criando em mim essa militância, essa vontade também de está lutando pela terra.	De modo geral, eu não me reconheço dentro da luta, porque eu já nasci com o assentamento criado, já organizado e tudo mais. Mas me sinto de certo modo, dentro do assentamento nessa luta, porque faço parte da organizações sociais que de fato faz parte da luta que continua...
Qual a contribuição do assentamento na construção de quem é você hoje?	Ser assentada foi muito importante para me definir quem eu sou, antes quando eu era mais jovem, eu não gostava muito de ser assentada, eu tinha vergonha de dizer que eu era de um assentamento. Hoje não, hoje eu tenho orgulho de dizer da onde eu venho, minhas origens, então, me ensinaram muito a reconhecer quem eu sou, a ter orgulho a ser quem sou...	No assentamento eu me tornei líder do Grupo de Jovem, no assentamento eu aprendi como é que funciona o acesso a terra... Aos 15 a gente começa a perceber o que é solidariedade, o que é cooperativismo, ai veio a Associação, depois a Radio Poste... que a Radio Poste é a Santaluz FM e dai da Santaluz FM veio o programa de rádio do Sindicato. Toda base veio do assentamento então, tudo eu devo ao assentamento.	Acho que toda. Então eu acho que toda essa força, toda essa energia, toda essa vontade de estar aqui nessa terra, me formou essa jovem, trouxe essa jovem.	(...) É muito importante para mim como pessoa, acho que morar no assentamento é algo importante porque as relações sociais são totalmente diferente. A forma de organização das comunidades, tem os mutirões, essa forma de um ajudar o outro que contribui com a formação pessoal da pessoa, ne, uma educação pessoal muito avançada comparado às demais pessoas.
Você se reconhece como uma liderança do assentamento? Porque?	Não me reconheço como uma liderança não.	Eu me considero, eu estou em fase de aprimoramento.	Com certeza. Acho que só esse espírito mesmo que a gente carrega em querer o melhor para a nossa comunidade e que já é algo que nos foi dado, pelas pessoas que já estavam aqui antes, eu acho que já	Sim, Porque sempre que eu posso contribuir. Eu estou a disposição e sempre estou buscando algo inovador para a comunidade, para o assentamento, que venha ajudar a todos.

			me considero uma liderança por isso.	
Quais identidades você percebe em si? E quais a relação delas com a vida no assentamento?	<p>(...) eu me defino hoje, uma mulher negra.</p> <p>E o que o assentamento contribuiu com quem sou hoje? Eu acho que em tudo, porque meu pai moravam em um lugar que só de pensar em morar lá, fico imaginando quem eu seria hoje. Então eu acho que o povoado Rose, o assentamento, me ajudou a definir quem eu sou hoje.</p>	<p>Eu penso que uma das identidades para mim mais forte que eu tenho é a luta com crianças, adolescentes e jovens.</p> <p>Então quando eu luto em prol do assentamento ter uma casa melhor, ter acesso a água, ter acesso ao crédito, eu penso que essa identidade de líder comunitário, que defende agricultor familiar, que defende a não exploração do homem e da mulher... para mim essa é a minha principal bandeira, minha principal identidade, formar criticamente esses assentados e assentadas.</p>	<p>Então, acho que em primeiro lugar, mulher. Uma mulher que quer lutar, que quer construir, que quer se libertar dessa cena de opressão que vivemos.</p> <p>Negra, e essa identidade negra, não foi algo de início... foi de fato construindo ao logo nesse processo de assentamento, militância, de está nesses espaços.</p> <p>Uma jovem participativa, acho que essa identidade é bem forte em mim. Uma liderança comunitária, e que foi construída através dos exemplos, através do assentamento,</p>	<p>Filho de pequeno agricultor, humilde, criado do sisal, fruto do trabalho com o sisal, negro e militante.</p> <p>A relação é de fato em relação ao sisal que a comunidade é exemplo na região. Já foi muito mais, exemplo na produção, e assim, o sisal que me criou, pode se dizer. Porque meus pais e toda minha família foram criados com o dinheiro do sisal.</p>
Quais processos formativos que você viveu no assentamento e que você considera importante?	<p>Ah! foram vários! Alguns cursos, daquele projeto para a gente criar galinhas. O grupo de produção teve vários cursos. Teve as feiras da agricultura familiar, as feiras feministas, as palestras.</p>	<p>Todos os momentos que vivi na ocupação, a observar as reuniões no barracão. Eu vi a resistência dos assentados contra a polícia. Eu comecei a ver a resistência dos assentados, brigando pela sobrevivência. Tudo isso eu vivenciei. Isso tudo foi aprendizado.</p> <p>Porém esses processos formativos, eu acho que, Ricardo Javier do Germinar que é uma das melhores</p>	<p>(...) As participações dos projetos, como Recriando e Criando Lendas e Mitos, que foi um dos projetos que nos formava (...) Na verdade esse resgate realmente da nossa cultura, fornecidas pelo MOC, algumas formações aqui de liderança de juventude.</p> <p>E ser feminista (...) as próprias reuniões da assembleia geral. Gente, sentar com uma pessoa que teve esse processo todinho de como chegaram aqui e de como desenvolveu esse processo para que hoje a gente seja</p>	<p>A escola, que é o primeiro pilar, minha família e algumas atividades da Associação e do MOC também.</p>

		escolas de formação que eu tive (...)	um assentamento, e a gente ouvir eles falando. Então eu acho que essa é uma das principais formações...	
Conte-me uma grande alegria que você viveu nesse período de luta pela terra	(...) eu tenho dois momentos na minha vida. Um foi quando a gente chegou aqui, por reivindicação. O povo matou um boi, abriu a pele lá na estrada e tudo. E o outro foi quando Lula ganhou, acho que por ver o povo lutando por alguém que sempre lutou por a gente...	Do que eles conseguiram conquistar no assentamento. Então pra mim isso é uma das maiores conquistas da luta pela terra e do assentamento ... (...) Se você pegar da história, do início do PA até o momento, então assim, a luta pela terra, a luta das lideranças do assentamento é algo assim que é primordial. Eu mesmo, eu sou muito grato, sou muito grato a Deus e muito grato por ter tido a oportunidade de morar no assentamento e ter crescido no assentamento	(...) Último aniversário que teve do Rose. É, a gente estava vivendo uma pandemia, e os outros aniversários que teve do Rose, tinha festa, e tinha toda essa questão de banda. E quando foi esse tempo de pandemia, a nossa comemoração foi mais interna, foi mais a gente mesmo ali pensando, construindo juntos essa ideia que a gente estava fazendo ano... A gente postava textos, fotos no whatsApp, no instagram e a gente até estava lembrando de algumas coisas que aconteceram. Nesse dia realmente estamos realmente completando mais um ano de luta. Não foi apenas um aniversário. Foi uma comemoração de um dia de luta, mais um ano que nosso assentamento está aqui em pé.	Campeão Rural (risos) 2019. É minha melhor emoção. Foi emoção de mais!
Conte-me um grande desafio (tristeza/problema) que você viveu no período de luta pela terra	O primeiro desafio, foi aceitar que aqui era onde eu iria morar. Eu cheguei aqui eu tinha 6 anos. Acostumada a viver com primos, avô e de repente chegar em um lugar onde não conhecia ninguém, barraco de lona, quando chovia molhava tudo, um calor danado.	Pra mim uma das principais foi a ausência, foi a divisão da família... Eu tive que ser separado da minha família para poder lutar pela terra. Pai vem pra cá e me traz e eu fico aqui, dia de sábado de manhã pai ia para Coité para rever a esposa e os outros filhos...	Eu acho que o nosso desafio agora é a gente não perder esse espírito de ser de uma assentamento de Reforma Agrária, acho que nem é espírito, é essa identidade... Então eu acho que nosso desafio é a gente procurar soluções para que a gente possa construir essa identidade. Não sei, através dos grupos de jovens, através da igreja,	Introduzir os jovens na luta, porque as pessoas mais velhas estão começando a se cansar, chegando mais na idade, que é normal. Chega um tempo que você precisa procurar lidar mais com sua família, olhando de cá, não tem tantas pessoas que possam substituir a altura essas pessoas.

	<p>Então, toda vez que o sino tocava, eu desejava que fosse a polícia para mandar embora.</p>	<p>E o outro foi quando eu ia pra Santaluz estudar, era um pau do cão para a gente ir a pé, o cansaço. Vendo a hora de alguém fazer uma tragédia, jogar o carro por cima.</p> <p>(...) outro momento bem difícil foi quando eu cortei a minha perna, quase fico aleijado. Eu cortando palha aos 11 anos lá no sisal ... ai foi bem difícil também né, porque eu fiquei um ano sem estudar por conta disso.</p> <p>(...) em 95 foi tão ruim quanto esses outros, trabalhei em Entre Rios quase 3 meses. Não recebi um conto, vim embora com fome.</p> <p>eu fecho com a ausência da minha mãe em 2006 quando eu iniciava a faculdade. A ausência da minha mãe fisicamente foi um momento muito duro na minha vida de assentado.</p>	<p>não sei, mas acho que a gente precisa construir.</p>	
<p>Conte-me um sonho de vida seu</p>	<p>eu sempre sonhei em ser independente, eu não digo só independência financeira, em questão de segurança. Ter um trabalho, ver os filhos bem encaminhados, ter suas vidas encaminhadas direitinho. Tenho o sonho de terminar meu ensino superior também, mas estou no caminho.</p>	<p>Eu quero fazer arte cênica ainda. E eu sonho com isso desde os meus 13 ou 14 anos. E um outro sonho que eu tenho é de ver uma sociedade mais justa sabe? Mais igualitária (...) então o meu sonho é a sociedade mais justa e eu vou apostar nos jovens para isso...</p>	<p>Um sonho de vida é que eu consiga transmitir essa militância, identidade, pra nossa juventude do nosso assentamento.</p>	<p>Tenho o sonho de vida de botar um pequeno negócio, ser veterinário e ajudar. Trabalhar na região aqui. Trabalho voluntário. No assentamento Rose, com a associação.</p>

A seguir a síntese da entrevista do Grupo 03.

PERGUNTAS:	COLABORADORA SOL
O que mais te marcou durante a ocupação?	... o dia que o pessoal chegou com uma espingarda lá querendo atirar em Miguel, lá na casa grande ... na época Migson era pequeno, eu acho que Migson ficou assustado o que mais assim, mais marcante ne.
Como era trabalhado o dia a dia do acampamento com os estudantes?	A gente procurava trabalhar, além do currículo, as questões da ocupação das pessoas, por exemplo, matemática envolvendo problemas envolvendo o sisal, né, se a gente trabalha português, também frases textos voltado pra isso também.
Quais mudanças ocorreram na vida em comunidade que teve impacto nas metodologias e conteúdos aplicados em sala de aula?	A partir do momento que a gente aderir ao projeto CAT que era o projeto de Educação do Campo, ai teve um Norte, um direcionamento com mais base, ne Porque a gente fazia os planejamentos, que já era voltado para as culturas, e as questões sociais, e a questão da vida das famílias. E ai a gente já tinha o respaldo da Secretaria de Educação, do MOC, né, e assim, praticamente era, era assegurado esse direito a partir que a gente trabalhava com esse projeto... a partir do momento que a gente trabalhava com as famílias, a cultura em geral dela, a cultura do plantio, a cultura da diversão, né, a cultura popular, que a gente trabalhava isso em sala de aula, e que a gente também mostrava esse outro viés, por exemplo: como você trabalhar no campo sem você precisa queimar. Né, a questão toda aquela metodologia que a gente usa de cultivar precisar está queimando, mostrando também os prejuízos das queimadas, que as queimadas produz na terra, nos animais que ali habitam, né, tudo isso. Na época que nós trabalhávamos isso, a gente sentia também assim, o cuidado das crianças para com as famílias, que quando o pai ia bota fogo na terra, eles diziam que não podia, mostrava né, aquele processo que a gente fazia de cavar cm em uma terra queimada e em uma terra sem queimar, de ver o que era que tinha na terra queimada e na terra sem queimar. E além das outras, das questões mesmo de está envolvendo o trabalho mesmo de cada família.
Qual a contribuição da escola no processo de luta do assentamento?	Na verdade, a escola e o processo de luta sempre foram parceiros, porque não poderia haver a escola sem os processos de luta, e nem o processo de luta sem a escola. Porque a gente é desde o acampamento a gente lutava por uma educação que fosse voltada e que valorizasse as pessoas, né, como ser humano, como homem do campo, e assim, querendo ou não, a gente passa isso, tem que passar isso, e a história é como posso explicar assim? eu acho que houve um entrelaçamento, não dá pra ser escola sem viver essa trajetória de luta, não seria uma escola de assentamento, se a gente trabalhasse fora do contexto da luta
Que ser humano a escola 10 de Julho quer formar?	Assim, eu não sei se a escola ou eu como educadora, que também, né, sou escola, eu acho que pessoas que possam caminhar com as próprias pernas de forma consciente, que sejam abertos, né, para a cultura local, para a cultura popular, às questões que envolvem o trabalho no campo, a valorização do trabalho no campo, a valorização do ser humano como ser humano, né, de fato, de direito, respeitando suas escolhas de vida, suas opções, respeitando a sua cor, a sua ideologia, né, mas, em todo esse processo eu acho que que é necessário que as pessoas busquem essa liberdade através da educação. E assim, mesmo saindo para estudar fora, mesmo buscando novos ideais que essa pessoa, ela sempre mantenha as suas raízes, valorize as suas raízes, porque eu acho que a partir do momento que o ser humano, que a pessoa ela, mesmo ela buscando

	<p>outras opções, mesmo ela buscando crescer profissionalmente, culturalmente, socialmente, ela, se ela deixar... renegar as suas raízes, ela não vai ser uma pessoa feliz.</p>
<p>Quais processos formativos que você viveu no assentamento e que você considera importante?</p>	<p>Bem assim, a partir do momento que eu vim aqui pro assentamento eu considero que foi um processo de formação como ser humano né, independente de eu ter ou não estudado, foi um processo formativo. Por que assim, a vida no assentamento ela tem esse poder de transformar né, transformar sua vida... além da questão que eu já te falei de formação como ser humano dentro da luta, quando eu vim pra aqui por exemplo, eu não tinha nada, eu não tinha um objetivo de luta, de sindicato, de uma coisa, não né, mas ai a partir do momento que eu vim pra aqui, eu nessa trajetória, que eu acho que é um processo de formação né, constante, além disso, a questão do envolvimento com a associação, envolvimento com os projetos sociais é um processo de formação né que assim a gente, quem passa, só quem passa sabe o quanto é a gente cresce né, com isso, o quanto a gente aprende como ser humano, o quanto a gente aprende a valorizar as pessoas que estão ao nosso lado, as pequenas coisas, que as vezes para a outra pessoa não é importante, mas pra a gente tem uma importância muito grande. É a questão também da busca por uma formação acadêmica que mesmo tento todas as dificuldades, mas que pra mim foi importante. Eu digo que assim, porque quando é... tem uma lei que dizia que se fosse não fizesse uma faculdade, se não fizesse uma graduação você não poderia, só com o magistério você não poderia e ai a gente dizia: como é que a gente vai fazer? Zona rural, assentado, filho de pobre... tudo isso né. Ai três filhos, mas assim, pra mim é a primeira oportunidade que surgiu eu abracei e mesmo com todas as dificuldades de trabalhar o dia todo, cuidar de filho, de ter que estudar de noite, sair cinco e meia pra seis horar e chegar praticamente meia noite, graças a Deus eu consegui e não parei, busquei outras formação, graças a Deus tô aqui, eu acho importante de tudo é você buscar, a sua busca.</p>
<p>Conte-me uma grande alegria que você viveu nesse período de luta pela terra</p>	<p>Foram várias alegrias, eu sou muito de pequenas coisas, por exemplo, quando eu vejo uma pessoa que tá aqui, que buscava construir sua própria casa e ela conseguia construir e entrar pra dentro dessa casa, era minha alegria constante. Por exemplo no dia que eu a gente construiu aqui, que era um quarto, sala, um quarto, a sala e que a gente tinha a porta e era de flexa no fundo e da frente, mas o dia que eu entrei pra dentro, é minha casa, foi minha casa. Esse foi um momento de alegria, porque era minha. De qualquer forma, mesmo do jeito que tava de chão batido, mas era minha casa. Quando a gente construiu a de lona aqui... (a escola) a escola que era aqui perto também foi o período que foi difícil, mas foi um período que a gente dizia que é nossa, aqui é nossa, não tem dinheiro que pagava der ver na época as crianças brincando, se divertindo como se tivesse na escola normal. Quando a gente colocou a primeira pedra na escola por exemplo, pra gente foi emocionante aquilo ali porque a gente tava, naquele momento marcando uma nova era em termo de educação. Então assim, o nascimento dos meus filhos que foi aqui. Pra mim como professora quando a gente tá alfabetizando e a criança pega o livro e está fazendo só aquela leitura da imagem não tem dinheiro que pague aquilo, não tem. Então assim, quando você olha pra trás que você vê é muitas crianças que passaram por a escola, que passaram pela vida da gente, que são pessoas de bem, que são pessoas que estão bem encaminhadas na vida, né, que tem o carinho, que tem aquela consideração por você, não tem dinheiro que pague isso, a felicidade da gente ter participado do intercambio né com outro país e a gente ter ido, pra gente aquilo ali foi alegria e felicidade mesmo, é porque, era uma oportunidade que se a gente não tivesse aqui, a gente</p>

	<p>não tinha tido a oportunidade de ir. A questão da cultura, quando a gente faz as rodas de samba, as noites de luar, essa questão cultural também são momentos de prazer e de alegria.</p>
<p>Conte-me um grande desafio (tristeza/problema) que você viveu no período de luta pela terra</p>	<p>... Pra mim o maior desafio foi a minha graduação, a minha primeira graduação, pra mim foi o maior porque assim, trabalhava o dia todo, eu saía da escola chegava aqui tinha que dar banho nos meninos, tinha que fazer café, dar café e as vezes não dava tempo nem de eu tomar café. Eu tomava banho, corria, pegava o ônibus, chegava aqui onze e meia. As vezes quando atrasava até mais de onze e meia... eu não merendava, eu vinha tomar café quando eu chegava aqui por conta que eu tinha que pagar a mensalidade se eu tivesse outros gastos extras ia implicar na minha mensalidade... Então pra mim, o meu maior desafio foi isso.</p>
<p>Conte-me um sonho de vida seu</p>	<p>... É assim eu hoje pra mim o meu maior sonho é ver meus filhos bem encaminhados na vida, meu maior sonho na vida é esse. Mas eu tenho sonho de fazer ainda alguma coisa, uma pesquisa voltada pra caatinga...</p>
<p>Ariane - E a senhora me lembra uma outra questão, qual identidade escola gostaria de formar nas pessoas, contribuir para formar na formação das pessoas?</p> <p>Solange - Um ser humano que valorizasse as suas raízes, sua cultura, mas é, que buscasse também a sua liberdade intelectual.</p>	

Analisando os dados coletados, pude observar vários pontos chave que contribuem para a pesquisa em questão, porém, irei tratar aqui de dois que considero os mais abordados pelos participantes da pesquisa: O processo de resistência e a Escola como ferramenta de construção e afirmação de Identidade.

Nos relatos do grupo 01 é notório o quanto a participação dos processos de ocupação, de resistência e de auto-organização do assentamento, contribuíram para a construção e afirmação de uma Identidade que luta por seu direito ao acesso à terra, além da formação pessoal, como o relato de D. Detinha “[...]Muita coisa mudou em Detinha, que era pocada demais, hoje já tem coragem ... já foi tesoureira por quatro anos, trabalha em grupo. Hoje eu chego ni uma repartição de gente, eu vou sentando para conversar, brincando...Eu comecei a participar de coisa lá [...]”.

Ela fala da importância do assentamento, das formações, da importância do trabalho no grupo de mulheres de produção e de ter ocupado o cargo de tesoureira em dois mandatos, para a formação dela, relatando que isso a transformou em uma nova Detinha, a fez perder a vergonha de falar em público, de dar sua opinião, de questionar, de lutar pelo que acredita.

As formas de resistência são algo que os formaram enquanto um grupo unido em um objetivo comum, praticamente todos os 06 componentes do grupo 01 falaram da união e do trabalho em equipe durante a ocupação, de como isso era bom, CALDART (2012) no texto sobre a Pedagogia do Movimento afirma que “[...] os movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico, de formação de sujeitos sociais coletivos que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana. [...]”. (p. 548)

Conseguimos notar em mais dois relatos do grupo 02 também, quando Keliinha fala de como essa luta a formou e JR quando perguntado: Qual a contribuição do assentamento na construção de quem é você hoje? Na íntegra da entrevista ele relata o que aprendeu durante a ocupação e resistência, vivendo ali, compartilhando essa luta, tendo apenas 12 anos, ele descreve os valores que foram se formando nele e por fim ele relata as oportunidades de vida que a luta do PA Rose, proporcionou a ele.

Na história do PA Rose, o coração é a escola e a creche, que foram construídas desde o primeiro ano de ocupação como forma de garantir meios para que as mulheres estivessem e permanecessem na ocupação, dando oportunidade de trabalhar junto com seus companheiros, com a certeza que seus filhos estão seguros e bem cuidados.

Os dois espaços foram pensados e realizados pelos próprios agricultores. Na resposta de D. Aninha, ela nos relata do quanto foi importante ter essa escola, mesmo que no início tenha sido de lona, um grande barracão, mas suas crianças podiam estudar. Na entrevista de JR,

muitas das suas oportunidades de vida foram na área educacional, no relato da única entrevistada no grupo 03, ela fala do intercâmbio internacional que as crianças tiveram a oportunidade de participar. JR fala de um projeto premiado nacionalmente e Kely fala do “Recriando e Criando Lendas e Mitos”, os dois mencionam o mesmo projeto, o qual era desenvolvido na escola com as crianças e Kely indica ele como um dos momentos de formação de Identidade.

Nos registros fotográficos da comunidade, encontramos fotos das crianças do assentamento participando de manifestações contra o trabalho infantil. De aulas realizadas no campo, para eles observarem a água, o trabalho dos pais, segundo os princípios da Educação do Campo, tendo um ensino com base na vida local, implantando, mesmo sem um PPP inicialmente, uma educação contextualizada. Como GRHRKE (2010) pontuou, “[...]Uma Escola do Campo precisa assumir o movimento do campo como sua pedagogia e por isso precisa sair das suas paredes, mergulhar no mundo [...]” (p.164)

Nas imagens a seguir trazemos os registros de algumas manifestações realizadas em Santaluz nos anos 90 bem como de uma aula de campo promovida pela professora Solange.

Imagem 5 e 6: Manifestação política em Santaluz



Fonte: Arquivo pessoal de Solange Oliveira Pamponet da Silva (Assentada e professora do assentamento)

Imagem 7: Realização de gincana para limpar a área da vila do PA Rose



Fonte: Arquivo pessoal de Solange Oliveira Pamponet da Silva (Assentada e professora)

Imagem 8: Aula de campo, observação dos tanques para estudar sobre a água



Fonte: Arquivo pessoal de Solange Oliveira Pamponet da Silva (Assentada e professora)

Não podemos esquecer que a escola é uma das instituições sociais que pode contribuir para a formação e reafirmar a identidade de um ser humano, não por acaso que é um campo de disputa onde quem tem o domínio a usa ao seu benefício, Pistrak (2011) afirma que “A escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes [...]” (p.23).

Podemos olhar a escola como uma barreira que pode ajudar a impedir a alienação em massa, a perda de Identidade, citada a cima como algo que não é neutra e por Carvalho (2012) quando diz: “As identidades não são neutras, pois expressam nosso modo de ver e de nos posicionar socialmente[...]” (p. 212), lutamos pelo que somos, por nos sentirmos pertencentes.

É notório que a importância da Escola 10 de Julho na prática da educação contextualizada, acontece através do trabalho de uma professora, a Sol, ela foi quem começou a escolinha com apenas o magistério durante o período de acampamento, lecionou na escola de

lona e leciona até hoje na escola tendo sua formação de nível superior concluído. Segundo Arroyo (2007).

[...] Sabemos que um dos determinantes da precariedade da educação do campo é a ausência de um corpo de profissionais que vivam junto às comunidades rurais, que sejam oriundos dessas comunidades, que tenham como herança a cultura e os saberes da diversidade de formas de vida no campo. (ARROYO, 2007, p.13)

Arroyo (2007) aponta a importância dos profissionais serem da comunidade, que entendam, como sua, a luta comunitária e a importância da mesma na educação e na vida das crianças. Um(a) professor(a) que vai à escola apenas lecionar, mesmo que buscando seguir os princípios de uma educação libertadora, não vai conseguir de fato ter um impacto na vida dos estudantes, pois todos os conflitos e realidades na comunidade serão ignorados pelo profissional.

Isso porque as escolas precisam de profissionais que de fato entendam que crianças e adolescentes não estão se preparando para uma vida em sociedade, pois eles já são mesmo dessa sociedade, assim como afirma PISTRAK (2011) quando diz que “[...] as crianças não se preparam para se tornarem membros da sociedade, mas já o são, tendo já seus problemas, interesses, objetivos, ideias, já estando ligadas à vida dos adultos e do conjunto da sociedade” (p.33). Sendo assim, o mundo que os cercam, os desafios, os conflitos, as conquistas da comunidade, não podem ser ignorados na educação escolar, pois é o mesmo que ignorar quem são as crianças e adolescentes que estão sendo formados.

A professora do PA Rose participou do período de acampamento, dos mutirões e lutas pelo acesso aos direitos da comunidade, esteve presente nas assembleias, por isso, ela vê a escola como uma conquista da comunidade, uma parte importante da luta comunitária, mesmo antes de ser incorporada pela secretaria da educação municipal, a escola, com apoio do MOC, iniciou suas atividades buscando trazer a realidade dos estudantes para a sala, mesmo não tendo nenhum contato com movimentos sociais, ou com a luta pela terra antes de ir para o acampamento, ela participou desse processo e isso, como ela mesmo diz, a formou,

[...] quando eu vim pra aqui por exemplo, eu não tinha nada, eu não tinha um objetivo de luta, de sindicato, de uma coisa, não né, mas aí a partir do momento que eu vim pra aqui, eu nessa trajetória, que eu acho que é um processo de formação né, constante, além disso, a questão do envolvimento com a associação, envolvimento com os projetos sociais é um processo de formação né que assim a gente, quem passa, só quem passa sabe o quanto é a gente cresce né[...]

A partir dos dados coletados nas entrevistas, na roda de conversa e nas conversas informais, percebemos que os mais velhos, aqueles que participaram da ocupação e do acampamento, não tem a identidade do Ser Sem Terra, quando falamos de ser Sem Terra, eles

dão o sentido de posse, de ter uma terra, não se identificando com o ser político e social sem terra.

Quando perguntados na roda de conversa se eles se consideravam Sem Terra, a maioria dos que responderam falaram que: *“Eu tenho respondido alguém que tem me chamado de Sem Terra, eu repondo assim: eu era Sem Terra, agora eu tenho terra”*. Por outro lado, as estratégias de resistência que eles utilizam nos dias de acampamento, são muito parecidas com as do MST e elas tiveram uma grande importância para a construção de pertencimento com a terra que hoje habitam, o que acredito, tenha sido o fator que contribuiu para que três dos participantes falassem que ainda são Sem Terra.

Esse pertencimento nos remete a identidade camponesa, conceituada acima por Dherwerson e Mauro (2015) quando falam que,

A identidade camponesa ainda está relacionada com a luta pela terra, que se destaca como local em disputa, compreender essa luta pela terra é espelhar como o espaço é vivido, o espaço se torna o território camponês sendo vital para produzir suas relações sociais e culturais, onde a identidade camponesa está em curso. (DHERWERTSON E MAURO, 2015, p. 27)

Os assentados do PA Rose têm como base de vida a terra, aprendendo com a caatinga, os ciclos de chuva e estiagem do semiárido. Tendo como principal fonte de renda o cultivo do sisal, e seguindo o calendário sazonal, plantando milho, feijão, melancia, etc. Criando meios de preservação e manifestações culturais. Acredito que com base na pesquisa podemos concluir que os mais velhos construíram e fortaleceram sua identidade de camponês atrás da luta, o processo de luta e resistência é um espaço de construção de identidade, segundo Bogo (2010), um espaço de formação de identidade de Sem Terra e agricultores.

É pela luta que os Sem Terra e os pequenos agricultores encontram sua identidade de classe. Sem a luta, não haveria condições de atingir esse patamar de relação entre si e com as demais forças. A organização de classe impede que cada um se isole em seu espaço. (BOGO, 2010, p. 139-140)

Segundo Bogo (2010), a luta cria uma unidade comunitária, a busca por um bem comum, não permitindo que seu mundo se limite aos desejos individuais. Durante as entrevistas, todos os integrantes do grupo 01 falaram da união durante o acampamento, de como era bom e do quanto eles conseguiram conquistar se mantendo unidos. Ao mesmo tempo que expressavam tristeza, ao ver que essa união já não é vista com a mesma intensidade do início.

Porém, três entrevistados do grupo 02, se reconhecem como assentados Sem Terra, o que eles três tem em comum é o fato de terem estudado na escola 10 de Julho, a escola do assentamento, além disso, continuaram sua formação com projetos do MOC, de formação de juventude e liderança e os três iniciaram o curso superior, sendo um na Educação do Campo e

outro no PRONERA (esse já concluiu). Dos três, dois começaram a estudar na escola de Iona e fizeram parte da diretoria da associação. O que me remete ao MST, que tem como prioridade a formação não apenas de adultos, mas principalmente das crianças e adolescentes, investindo nos Sem Terrinha e em escolas do fundamental ao médio nos próprios assentamentos.

O que me faz acreditar que a Identidade Sem Terra no PA Rose, pode ter conexão a uma educação que busca ser libertadora e com o processo de luta do assentamento, que são revividos na escola do assentamento. Tem complemento com os projetos de formação e continua com o avanço da educação no ensino médio e superior, por isso, quanto mais aprendem sobre a história do Assentamento e se envolve nos processos e organização do mesmo, estudam em instituições e cursos que buscam construir um ensino contextualizado, na busca de uma educação libertadora, mais chance de ter construído a Identidade Sem Terra.

Independente da Identidade construída, foi possível ver a preocupação na manutenção das manifestações culturais e na transmissão de valores para os mais jovens, em vários diálogos, durante a roda de conversa, na qual Sol também participou, ela fala que,

(...) a gente sempre teve esse gancho da cultura como parte essencial da nossa trajetória, desde o início, desde os programas de calouros até os dias atuais, então a gente sempre buscou. Independente de projeto ou não projeto, a escola, principalmente a escola, sempre buscou está trabalhando essa questão cultural, né, sempre resgatando a questão de brincadeiras, a gente sempre ... valorizou essa questão, né, de cultura, de tradição porque a gente reconhece que um povo que não mantém, né, se eu não mantenho a minha tradição, eu não passo, se Seu Domingos não passa seu conhecimento pra os filhos, se eu não passo e é... chicotinho queimado ... as brincadeiras, o pau de cedo que tinha no início e que a gente fez insturdiar... Ali no aniversário daqui do Rose que a gente fez lá na casa grande ...

Notamos essa mesma preocupação nas entrevistas do grupo 02, JR falou muito do quanto gosta e acha importante o trabalho com a juventude, na formação de liderança e na perspectiva de mundo melhor, já Kely fala da importância de sua participação nos projetos de formação de liderança, sendo um deles o Recriando e Criando Lendas e Mitos, onde os mais velhos iam para a escola contar casos e histórias vividas por eles, ou inventadas, e as crianças recriavam essas histórias. Kely afirma que,

Eu acho que o nosso desafio agora é a gente não perder esse espírito de ser de uma assentamento de Reforma Agrária, acho que nem é espírito, é essa identidade...Então eu acho que nosso desafio é a gente procurar soluções para que a gente possa construir essa identidade. Não sei, através dos grupos de jovens, através da igreja, não sei, mas acho que a gente precisa construir.

Quando perguntados sobre qual seu maior sonho, JR respondeu “...então o meu sonho é a sociedade mais justa e eu vou apostar nos jovens para isso...” Kely não foi muito diferente, o sonho dela, enquanto jovem liderança da comunidade é conseguir “...transmitir essa militância, identidade, pra nossa juventude do nosso assentamento.”

Essa preocupação em manter, a luta, a militância pensando o bem comum, que os entrevistados demonstram em suas respostas, reafirmam o que Bogo (2010) nos fala, quando diz que “As identidades constituídas, de uma forma ou de outra, apresentam expectativas de continuidade histórica ainda a ser realizada. Por isso, a realidade presente é uma sequência que aponta para o futuro.” (BOGO, 2010, p. 57)

Das três diferentes formas e origens de construção de Identidade apresentadas por Castells (2018), as quais foram trazidas acima, acredito que a mais próxima com a Identidade do PA Rose é a Identidade de Resistência, que é produzida pela reação aos poderes dominantes e tem o objetivo de sobrevivência ou adquirir uma qualidade de vida.

Os agricultores que ocuparam a Fazenda Lagoa do Boi, vieram de 07 municípios do Território do Sisal, articulados pelos Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de seus respectivos municípios. Foi a luta por um objetivo em comum, o acesso à terra, que os uniu. Foi o processo de resistência que os formou em comunidade e nas pessoas que são, tendo como propósito a melhoria da qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico teve como objetivo refletir sobre processos de construção de Identidade a partir do Projeto de Assentamento Rose na cidade de Santaluz, Território do Sisal, Bahia.

É parte de inquietações pessoais, como filha do Assentamento Rose, busquei aprofundar os conhecimentos sobre seu lugar de pertencimento e os conhecimentos dos processos de organização do Assentamento.

O estudo que deu origem a presente monografia foi de cunho qualitativo. Foram realizadas pesquisa documental na Associação do Assentamento Rose, entrevistas semiestruturadas e roda de conversa com 10 assentados que participaram do acampamento, início do assentamento e com jovens lideranças da atualidade.

A partir do diálogo foi possível criar uma linha do tempo não linear, da história do assentamento, onde cada entrevistado mostrava sua admiração e paixão pela luta do assentamento e pelo próprio assentamento. Foi encantador ouvir e sentir o tom saudosos dos mais velhos ao falar da união, das lutas coletivas, das viagens de manifestações, das noites de show de calouro e brincadeiras, ao mesmo tempo, foi encantador ouvir os mais novos se orgulharem da luta dos seus pais e avós e mesmo não tendo vivido essa luta, ela influenciou para serem quem são.

Após a construção da referência bibliográfica dos conceitos de Identidade, e confrontá-los com os dados obtidos na pesquisa, é possível afirmar que os processos de auto organização e de resistência do no PA Rose formou e reafirmou a Identidade Camponês.

Formou enquanto pessoa, porém, alguns jovens que estudaram na escola do assentamento, participaram de projetos sociais de formação de liderança jovem e continuaram seus estudos em instituições, que seguem os princípios da educação do campo, ocuparam cargos na diretoria da associação, esses sim, conseguem se identificar enquanto Sem Terra.

Nos levando a conclusão de que uma Identidade precisa ser alimentada, para que não haja um processo de reconstrução, onde não mais seja a de camponês ou de Sem Terra e a escola tem um papel fundamental para essa construção e afirmação de Identidade, desde que usada para isso.

É como afirma BAUMAN (2005) “[...] identificar-se com” ... significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, muito menos controlar [...]” (p.36). A importância da Identidade nos faz lutar por uma educação libertadora, onde comunidades tradicionais, ribeirinhas, assentados, povos originários e todos os outros, não se percam nesse

processo cruel, de que luta a todo custo, nos tornar um mero tijolo na parede, que simplesmente tem a função de manter uma estrutura que nos mata e nos destrói.

Por isso, é tão importante a Educação do Campo, por isso, precisamos de professores e professoras que entendam e que sejam mais que um(a) professor(a). É necessário também ser militante, preocupados em buscar meios de usar o sistema capitalista para ir contra os objetivos dele próprio, porque uma educação libertadora só é possível com a comunidade escolar comprometida com um projeto de sociedade justa e igualitária.

Fecho com uma resposta de D. Detinha na roda de conversa: *“Eu digo que eu era sem-terra com orgulho, e hoje tenho terra, tenho teto, tenho tudo. Eu não tenho vergonha de ser uma Sem Terra não, nunca tive”*. Sei que devo quem sou ao PA Rose, nasci e cresci em meio a resistência. Por isso, sei que sou o resultado da luta e dos processos de auto-organizações do assentamento e disso também tenho muito orgulho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES(AS) DO CAMPO**. Disponível em <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf>. Acesso em: 23 de Outubro de 2022.

BAHIA, BRASIL: ESPAÇO, AMBIENTE E CULTURA [Sueli Angel Furlan, organizadora; Vinicius Saraceni e Felipe Seibel, colaboradores].-- São Paulo: Geodinâmica, 2012.

BAUMAN, Zygmunt, **IDENTIDADE: ENTREVISTA A BENEDETTO VECCHI**: tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed., 2005.

BENZOCREOL, Disponível em: <https://cassul.com.br/produtos/animais-de-producao/higiene-e-limpeza/desinfetantes/benzocreol-500-ml/#:~:text=%2D%20Desinfetante%20com%20a%C3%A7%C3%A3o%20exclusiva%20sobre,%20Equipamento%20e%20utens%C3%ADlios%20pecu%C3%A1rios>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2023.

BOGO, Ademar. **IDENTIDADE E LUTA DE CLASSE**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 264 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues & BORGES, Maristela Correa. **A PESQUISA PARTICIPANTE: UM MOMENTO DA EDUCAÇÃO POPULAR**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007

CALDART, Roseli Salete. **PEDAGOGIA DO MOVIMENTO**. In Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Mauro. **A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.20, n1, p.209-227, jan./jun.2012.

CASTELLS, Manuel. **O PODER DA IDENTIDADE: A ERA DA INFORMAÇÃO**, volume 2/ Manuel Castells; tradução Klauss Brandini Gerharst – 9ª.ed. ver. ampl. – São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Amir, 2018.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 1989 Parte I. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 18 de Setembro de 2022.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 1989 Parte II. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 18 de Setembro de 2022.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2018. Disponível em:
<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 25 de Setembro de 2022.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2019. Disponível em:
<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 25 de Setembro de 2022.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2020. Disponível em:
[:https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil](https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil). Acesso em: 25 de Setembro de 2022.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2021. Disponível em:
<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 25 de Setembro de 2022.

DESLANDES, Suely Ferreira. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). GOMES, Romeu. **PESQUISA SOCIAL: TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE.** (Manuais Acadêmicos). Ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 2016.

EMBRAPA Semiárido: **TERRITÓRIO SISAL**, disponível em:
<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-sisal/atividades-economicas/cultivos/sisal> Acesso em: 27 de Novembro de 2022.

ERIKSON, Erik H. **IDENTIDADE JUVENTUDE E CRISE.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 323p.

FERNANDES Bernardo Mançano. **BRASIL: 500 ANOS DE LUTA PELA TERRA.** Artigo publicado na Revista da ABRA\Ano 28 n 1 a 3 Jan/Dez-98 Ano 29 n 1 Jan Ago 1999. Disponível em:
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=12898>, Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

GEHRKE, Marcos. **ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CAMPO.** Curitiba, Paraná. UFPR. 2010 (série de pesquisa; n.167).

GRILAGEM DE TERRA, Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/grilagem-de-terras/>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2023.

HISTORIA DE SANTALUZ, Disponível em: <http://santaluz01.blogspot.com/>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2023.

IBGE - **Atlas do Espaço Rural Brasileiro:** Estrutura Fundiária. 2ª Edição, 2020, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/#/home>, acessado em 31 de janeiro de 2022.

MARTINS, José de Souza: **OS CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª Edição, Editora Vozes LTDA, Rio de Janeiro, 1955.

MORAES, Luciene Aparecida Souza Silva. **PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ADOLESCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA**. Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

MORISSAW, Mitsue: **A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA E O MST**/Mitsue Morissaw. – São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.: il.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **EDUCAÇÃO ALÉM DA ESCOLA: ACOLHIDA A OUTROS SABERES**. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 629-648, maio/ago. 2010.

MOURA, Margarida Maria: **CAMPONESES**. Editora Ática. São Paulo, 1986.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP
Coordenação: GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2015.
DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil, 2014.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich, **FUNDAMENTOS DA ESCOLA DO TRABALHO**;
tradução de Daniel Aarão Reis Filho. 3.e.d. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PLANALTO: **LEI Nº 3.353, DE 13 MAIO DE 1888**, Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art. Acesso em: 05 de Janeiro de 2023.

PLANALTO: **LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850**, disponível em
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 05 de Janeiro de 2023.

REVOLUÇÃO VERDE, Disponível em:
<https://www.preparaenem.com/geografia/revolucaoverde.htm>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2023.

SILVA, Dherwerson dos Santos; CURY, Mauro José Ferreira. **A IDENTIDADE CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS DO MST NO BRASIL**. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 1, n. 4, p. 22 - 35, 2015.

STEDILE, João Pedro. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O DEBATE TRADICIONAL – 1500-1960** / João Pedro Stedile (org) ; Douglas Estevam (assistente de pesquisa)--2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011, 304 p.

STEDILE, João Pedro. **25 ANOS DE TEIMOSIA – UM BALANÇO DE REFORMA AGRÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL**. In: Revista da Formação por Alternância. ISSN 1808-7043, 2009.

TARDIN, José. CULTURA CAMPONESA. In: **Dicionário da Educação do Campo/** Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TERRAS DEVOLUTAS, Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2023.

UEDA, Eduardo G. e AVER, Gabriel P. **A IDENTIDADE “SEM TERRA” E A EDUCAÇÃO CAMPESINA NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO COMPANHEIRO TAVARES**. Disponível em: https://www.academia.edu/30976481/a_identidade_sem_terra_e_a_educac%C3%A7%C3%A3o_campesina_no_assentamento_ant%C3%A9nio_companheiro_tavares_-_eduardo_ueda_and_gabriel_aver. Acesso em: 12 de Outubro de 2022.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, concordo em participar da Pesquisa**Titulo da pesquisa**....., permitindo a gravação em áudio, sob a responsabilidade da pesquisadora**seu nome**....., graduanda do Curso de Licenciatura em **Educação do Campo** da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob a orientação da Professora Dr^a. Janaine Zdebski da Silva Sendo que, a pesquisa objetiva investigarobjetivo geral.....

A participação é voluntária e se dará por meio da concessão de uma entrevista. Após o consentimento de participação na pesquisa, existe a possibilidade e a liberdade de retirar sua autorização em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo pessoal. A participação na pesquisa não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

As pesquisadoras estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. O sigilo será garantido na publicação dos resultados da pesquisa que serão analisados, sendo preservada a sua identidade.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

Assinatura do (a) Participante da Pesquisa

Para qualquer informação, fica disponível o contato da pesquisadora responsável:

Endereço (Residencial):– Bahia.

Email:Telefone.....

Atenciosamente,

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Amargosa, _____ de _____ de 2020

ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA

Roda de conversa com as principais lideranças do PA Rose no período da ocupação ao processo de organização em assentamento. Aproximadamente 10 pessoas.

Dia: 5/11 (mas estou vendo a possibilidade de ser dia 6)

Onde: Na escola 10 de Julho

Hora: 19 às 21:30

Início com uma dinâmica muito usada para apresentação, mas dessa vez utilizarei para se apresentarem falando quem eram no processo de ocupação, a ideia é finalizar com a mesma dinâmica, mas com eles falando quem são agora.

Dinâmica: Irei passar uma caixa de fósforo, e cada uma, em sua vez ira retirar um palito de fósforo e enquanto o palito está acesso a pessoa fala sobre si. Assim que o palito apaga, a caixa é passada para o próximo participante que fara o mesmo, seguindo assim ate a caixa voltar para minhas mãos.

Perguntas orientadoras

1º Como aconteceu a organização de vocês para ocupar a área?

2º Como foi o processo de organização durante o acampamento?

3º Como se organizaram para conquistas estruturas como a energia, a casa de farinha?

4º Quais as mudanças ocorridas na organização na transição de acampamento para assentamento?

5º O que o acesso a terra significa para vocês?

6º Como vocês consideram a relação de vocês com a terra?

7º Vocês se consideram Sem Terra? Porque?

8º Para vocês, o que é ser sertanejo?

9º Qual a importância do sisal para a região?

ROTEIRO 1 entrevista

Entrevistas realizadas com Teca, Dona Aninha, Detinha, Brito, Vigia e Zika. Pessoas que estavam na ocupação e que fizeram parte processo de organização do assentamento.

O objetivo é buscar entender as contribuições dos processos organizacionais na construção pessoal de sua identidade.

Perguntas:

1º Qual foi sua função no processo de organização durante o acampamento?

2º Como você descreve o período de ocupação e acampamento?

3º O que mudou em você viver a experiência de ocupar a terra e resistir nela?

4º O que mais te marcou durante a ocupação?

5º Quais mudanças ocorreram na vida em comunidade (relação das pessoas uma com a outra)?

6º Quais processos formativos que você viveu no assentamento e que você considera importante?

7º Conte-me uma grande alegria que você viveu nesse período de luta pela terra

8º Conte-me um grande desafio (tristeza/problema) que você viveu no período de luta pela terra

9º Conte-me um sonho de vida seu

ROTEIRO 2 entrevista

Entrevistas com Kely, Luiz, Deba e JR, assentada e professora do assentamento.

Objetivo: entender como a escola trabalha a realidade dos estudantes.

Perguntas:

- 1º Quem é você (como você se reconhece) nas lutas do assentamento?
- 2º Qual a contribuição do assentamento na construção de quem você é hoje?
- 3º Você se reconhece como uma liderança do assentamento? Porque?
- 4º Quais identidades você percebe em si? E quais a relação delas com a vida no assentamento?
- 5º Quais processos formativos que você viveu no assentamento e que você considera importante?
- 6º Conte-me uma grande alegria que você viveu nesse período de luta pela terra
- 7º Conte-me um grande desafio (tristeza/problema) que você viveu no período de luta pela terra
- 8º Conte-me um sonho de vida seu

ROTEIRO 3 entrevista

Entrevistas Sol , assentada e professora do assentamento.

Objetivo: entender como a escola trabalha a realidade dos estudantes.

Perguntas:

- 1º O que mais te marcou durante a ocupação?
- 2º Como era trabalhado o dia a dia do acampamento com os estudantes?
- 3º Quais mudanças ocorreram na vida em comunidade que teve impacto nas metodologias e conteúdos aplicados em sala de aula?
- 4º Qual a contribuição da escola no processo de luta do assentamento?
- 5º Que ser humano a escola 10 de Julho quer formar?
- 6º Quais processos formativos que você viveu no assentamento e que você considera importante?
- 7º Conte-me uma grande alegria que você viveu nesse período de luta pela terra
- 8º Conte-me um grande desafio (tristeza/problema) que você viveu no período de luta pela terra
- 9º Conte-me um sonho de vida seu

Tabelas de apresentação de colaboradores da pesquisa

CATEGORIA DE COLABORADORES: GRUPO 1: Assentados						
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	Colaboradores					
	D. ANINHA	D. DETINHA	D. TECA	Sr. VIGIA	Sr. BRITO	ZIKA
Idade	66	56	65	67	63	52
Cor	Parda	Parda	Parda	Preta	Preta	Preta
Escolaridade	Analfabeta	Ensino Fundamental I Completo	Ensino Fundamental I Completo	Ensino Fundamental I Incompleto	Ensino Fundamental I Incompleto	Ensino superior completo
Participou da ocupação e Acampamento?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

CATEGORIA DE COLABORADORES: GRUPO 2: Filhos e netos de assentados				
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	Colaboradores			
	DEBA	KELY	LUIZ	J. R
Idade	37	20	18	42
Cor	Parda	Preta	Preta	Parda
Escolaridade	Ensino superior incompleto	Ensino superior incompleto	Ensino médio técnico completo	Ensino superior Completo
Participou da ocupação e Acampamento?	Sim, aos 6 anos	Não (Nasceu e permanece no assentamento até os dias atuais)	Não (Nasceu e permanece no assentamento até os dias atuais)	Sim, aos 11 anos

CATEGORIA DE COLABORADORES: GEUPO 3: Professora do Assentamento	
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	Colaboradores
	SOL
Idade	53
Cor	Parda
Escolaridade	Pós graduada
Participou da ocupação e Acampamento?	Sim